



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOSELDA DO ESPÍRITO SANTO UMBELINA

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E
ATIVISMOS TRANSNACIONAIS NA ÁREA AMBIENTAL:
UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO GREENPEACE NA AMAZÔNIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

JOSELDA DO ESPÍRITO SANTO UMBELINA

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E
ATIVISMOS TRANSNACIONAIS NA ÁREA AMBIENTAL:
UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO GREENPEACE NA AMAZÔNIA**

Monografia apresentada para o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

U43o

Umbelina, Joselda do Espírito Santo.

Organizações não-governamentais e ativismos transnacionais na área ambiental : um olhar sobre a atuação do Greenpeace na Amazônia / Joselda do Espírito Santo Umbelina. - 2021.
64 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

1. Organizações não-governamentais. 2. Política ambiental - Amazônia. I. Amazônia - Relações exteriores. II. Greenpeace International - Estudos de caso. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 361.809811

JOSELDA DO ESPÍRITO SANTO UMBELINA

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E
ATIVISMOS TRANSNACIONAIS NA ÁREA AMBIENTAL:
UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO GREENPEACE NA AMAZÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Monografia do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relação Internacional.

Aprovado em: 12/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Aos meus queridos pais José Maria Umbelina, Georgina Maria Espírito Santo e aos meus amados irmãos Hernâni Umbelina, José Maria Umbelina, Paulo Jorge Umbelina e Ana Sofia Umbelina, pelo eterno amor e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobretudo a Deus por me iluminar e amparar em mais essa jornada, em segundo aos meus pais e familiares, pelas suas presenças espirituais, apoios incondicionais, em seguida agradecer ao Brasil, particularmente a UNILAB-Bahia, São Francisco do Conde, Campus dos Malês, pelo acolhimento, ensinamentos, experiências, pela oportunidade de ampliarem meus horizontes de conhecimento, a minha querida Orientadora e Professora Dra. Tacilla Siqueira-Santos pelo incentivo emocional e convencional na colaboração, na construção dessa monografia, que indicou a bibliografia pertinente ao tema e me apoiou nos momentos de dúvidas. Aos meus professores e a Coordenação do Curso de Relações Internacionais e, finalmente, aos meus queridos amigos e colegas são-tomenses, angolanos, cabo-verdianos, guineenses e brasileiros que me acompanharam nessa jornada.

“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas quem caminha acompanhado com certeza vai mais longe...” (Clarice Lispector)

RESUMO

Essa monografia tem como objetivo analisar, problematizar e apresentar a atuação dos atores Não-Governamentais Transnacionais na gestão coletiva para preservação do meio ambiente. Analisaremos, quando surgem os primeiros debates sobre as questões ambientais no cenário internacional e como as ONGs contribuem e vêm contribuindo para o fortalecimento e a criação de agendas voltadas para solucionar os problemas ambientais, realçando que as ONGs constituem campos de disputas ao nível local e internacional. Para contribuir nas nossas análises ilustramos a atuação do Greenpeace na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia - Relações exteriores. Greenpeace International - Estudos de caso. Organizações não-governamentais. Política ambiental - Amazônia.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze, problematize and present the performance of Transnational Non-Governmental actors in collective management for the preservation of the environment. We will analyze, when the first debates on environmental issues arise in the international scenario and how NGOs contribute and see contributing to the strengthening and creation of agendas aimed at solving environmental problems, emphasizing that NGOs define the fields of disputes at the local level and international. To contribute to our analysis, we illustrate Greenpeace's work in the Amazon.

Keywords: Amazon - Foreign relations. Environmental policy - Amazon. Greenpeace International - Case Studies. Non-governmental organizations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
- CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUAH - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COP 25 - 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
- CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
- CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- OIs - Organizações Internacionais
- ONGs - Organizações-Não Governamentais
- OSC - Organizações da Sociedade Civil
- ONGIs - Organizações-Não Governamentais Internacionais
- ONU - Organizações das Nações Unidas
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PPP - Programa de Pequenos Projetos
- PT - Partido dos Trabalhadores
- PI - Política Internacional
- RI - Relações Internacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMÁTICA & OBJETIVOS	13
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	METODOLOGIA	17
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2	CAPÍTULO II - AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A POLITIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL: CONSCIÊNCIA AMBIENTAL GLOBAL, DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE E O BRASIL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS	19
2.1	O SURGIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL GLOBAL	19
2.2	A IMPORTÂNCIA DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A POLITIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL	20
2.3	DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	24
2.4	MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS	25
2.5	O BRASIL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS	25
2.5.1	A Amazônia como espaço político transnacional	31
3	CAPÍTULO III - SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: BREVE APRESENTAÇÃO DO CONCEITO E SUA EVOLUÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO	35
3.1	EVOLUÇÃO E NOÇÃO DOS CONCEITOS DE SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO	35
3.2	SOCIEDADE CIVIL E DIÁLOGOS DO SUL	37
3.3	EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA	40
3.4	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ENQUANTO ATORES TRANSNACIONAIS: A IDEIA DE UMA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL	41
4	CAPÍTULO IV - A INFLUÊNCIA DAS GRANDES ONGs TRANSNACIONAIS DO NORTE SOBRE SOCIEDADES DO SUL: UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO GREENPEACE NA AMAZÔNIA	46
4.1	ONGS TRANSNACIONAIS: RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E ATIVISMO AMBIENTAL	46
4.2	GREENPEACE: HISTÓRIA E ATUAÇÃO NO MUNDO	50
4.3	O GREENPEACE NO BRASIL E A SUA ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA	52
4.3.1	O Greenpeace e o enfrentamento dos problemas ambientais na Amazônia	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca produzir reflexões no que concerne ao ativismo das ONGs transnacionais nas questões ambientais. Em especial, faremos uma análise da participação e atuação do Greenpeace na Amazônia, uma ONG transnacional que atua por vários anos nas causas ambientais naquele território. Olharemos os seus esforços no exercício para a preservação e proteção do meio ambiente.

Os ativismos das Organizações Não-Governamentais (ONGs), são fenômenos de destaque no panorama internacional. Estão vinculados e aparecem em massa nos meios de comunicação por suas atividades, mas também pelas denúncias feitas por essas organizações. De acordo com Dos Santos (2003), visam promover o desenvolvimento econômico local e internacional, impedir a degradação do meio ambiente, defender os direitos civis, procurando realizar inúmeros outros objetivos da sociedade ainda não atendidos pelo Estado.

A análise da participação das Organizações Não-Governamentais Transnacionais, particularmente do Greenpeace, na preservação do meio ambiente na arena internacional, reforça a importância da construção de espaços públicos de participação dos atores não governamentais. Participação esta que, conforme afirma Nascimento (2007), se agrupa no exercício da cidadania dos indivíduos e das instituições particulares nacionais e internacionais. Desta feita, corroboramos com a ideia de que a participação social das ONGs influencia indiretamente ou diretamente na política externa de um país, e que estes atores possuem um lugar de importância nos debates globais e na política internacional (MILANI, 2006).

Neste sentido vale salientar que os atores não-estatais, ao longo do tempo, têm ocupado mais espaços de influência nas relações internacionais. É nessa perspectiva que, conforme afirma Tostes (2006), as grandes Organizações Não-governamentais Transnacionais têm buscado nas últimas décadas, de forma ativa e mais organizada, ocupar os espaços públicos para atuar e negociar sobre diversas temáticas sociais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, é um marco que realçou que a preservação do planeta é um interesse global e não apenas estatal, pois a causa ambiental tem um caráter universal. Nesse contexto, de acordo com Tostes (2006), a causa ambiental tem uma propensão transnacional que envolve outros atores para além dos estados.

A participação das ONGs transnacionais na arena internacional tem se mostrado essencial, visto que estas colocam em pauta diversos problemas que assolam a comunidade internacional, sejam eles de caráter social, político, ambiental, entre outros. A Amazônia, sendo

um espaço que representa incontáveis riquezas, seja no que tange a sua biodiversidade, solo, subsolo, potencial energético, equilíbrio climático, dentre outros, é um espaço de disputa internacional, no qual a atuação das ONGs locais e internacionais tem um papel de relevância.

Referenciando Zhouri (2006), a Amazônia é tida como um dos principais símbolos de ambientalismo contemporâneo, e a maioria das ONGs que trabalham e atuam para a sua preservação representam o ambientalismo global e o ativismo transnacional. É desta feita que essas organizações não-governamentais transnacionais têm se tornado importantes representantes de forças políticas que desafiam a forma de organização política do Estado-Nação. Claramente, o território Amazônico é um espaço político, social e econômico constituído por histórias que envolvem disputas de poder por diferentes grupos ao nível local, nacional e, sobretudo, global.

Nessa perspectiva, salientamos que o Greenpeace está atuando há 29 anos no Brasil e na Amazônia com temáticas que envolvem questões como os direitos ambientais, humanos, e fundamentais, e a defesa das populações indígenas e tradicionais na Amazônia. Transmitem a imagem de lutar contra o desmatamento ilegal na Amazônia, justiça social, desenvolvimento social, entre outros fenômenos, colaborando para internacionalização das demandas em defesa a proteção e preservação desse território. Porém, é necessário reconhecermos que, dentro do ativismo transnacional dessas ONGs surgem indagações que se diferem dos seus princípios e valores de atuação. Essas ONGs, por vezes, também carregam consigo imposições para as comunidades e sociedades tradicionais (indígenas e quilombolas, por exemplo) do Sul global, razão que isola os interesses da comunidade local e separa a relação humana da relação com a natureza.

1.1 PROBLEMÁTICA & OBJETIVOS

Foram nos anos 1960-1970 que surgiram os primeiros debates mais politizados e críticos sobre o meio ambiente na agenda internacional, que resultaram no marco histórico que foi a Conferência das Nações Unidas de 1972, em Estocolmo. Com a Conferência, sedimentou-se a importância da expressão “consciência ambiental global” e foi construída uma agenda comum de proteção ambiental e de desenvolvimento. Um marco importante que, segundo Milani (2008) serviu para reconhecer que a ordem ecológica mundial, similarmente, se compõe de muitos atores para além dos estados nacionais.

De acordo com Patrício (2011), o Brasil desde então destacou-se por manter a sintonia com a evolução internacional nas questões ambientais que promovem a preservação dos seus

recursos naturais e desenvolvimento político, incorporando nos seus princípios específicos da política externa a preocupação e preservação ambiental como uma política de Estado. Não menos importante, o país acolheu em 1992 uma conferência realizada pelas Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Eco-92, no estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, importa ressaltar que o Brasil esteve presente nas principais conferências internacionais sobre o meio ambiente.

Segundo Toste (2006) a Eco-92 abriu uma nova concepção política sobre a realidade da política ambiental internacional, estabelecimento de uma nova solidariedade internacional sustentada nos princípios de responsabilidades comuns, embora diferenciadas. A conferência colocou para o Brasil as políticas de preservação ambiental internacional no centro dos debates.

Temas que se referem ao meio ambiente e sua preservação, fazem parte dos maiores debates no cenário internacional, diante do aquecimento global e da falta de água potável, dentre outros acontecimentos. Nesta perspectiva, muitos “olhares” estão sob a floresta Amazônica que é a maior reserva natural do Planeta¹.

A Amazônia é peça central em um dos temas fundamentais na agenda global contemporânea- o das mudanças climáticas e preservação ambiental – o que lhe atribui grande potencial de projeção internacional, seja para os países que a compõem, seja para entidades subnacionais e transnacionais que atuam na região (GERRA, 2020, *apud* DE WIT; FREITAS, 2019, 42).

A ideia de uma militância global, ou seja, a referência a uma sociedade civil global, foi adotada nos anos 1990 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e inclui tanto as ONGs como os movimentos sociais enquanto parte de uma sociedade civil organizada. Isso destaca um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Com a atual crise ambiental e climática, nos ocorre o evento de um aumento significativo de degradação da floresta Amazônica, que foram as grandes queimadas entre os anos 2019 e 2020, o que tem mantido a comunidade internacional preocupada².

¹ “Um dos maiores biomas naturais, é brasileiro. A Floresta Amazônica, é a maior reserva natural do planeta, conta com mais de sete milhões de quilômetros quadrados, sendo cinco milhões e meio em florestas. É um dos patrimônios naturais mais valiosos do mundo e em toda a humanidade. Fundamental para o equilíbrio ambiental e climático do planeta, a Amazônia é o habitat de inúmeras espécies animais e fonte de diversas matérias-primas. O bioma brasileiro abrange a maior bacia hidrográfica do mundo e é considerado o conjunto de ecossistemas de maior diversidade do planeta.”

Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/amazonia-conheca-a-maior-reserva-natural-do-planeta/>

Data e hora de acesso: 19/2/2021-02:02

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/ag-estado/2020/11/09/governo-bolsonaro-planeja-norma-para-controlar-acao-de-ongs-na-amazonia.htm>
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/30/em-cupula-sobre-biodiversidade-da-onu-bolsonaro-diz-que-ongs-comandam-crimes-ambientais-no-brasil-e-no-exterior.ghtml>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

Em virtude de tais acontecimentos o atual governo brasileiro, na pessoa do presidente da república, acusa organizações não governamentais (ONGs), sendo elas nacionais e internacionais, de crimes ambientais. Segundo o site O Globo (2019)³, o presidente declarou que essas organizações poderiam estar por trás das queimadas na Amazônia com a intenção de se declarar contra o governo do Brasil.

Desta feita, o atual governo brasileiro tem planejado estratégias de estabelecimento de controle sobre as ONGs que atuam na Amazônia⁴, sendo uma delas a construção de um documento que será elaborado pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, com regulamentações que o dará o "controle" de 100% das entidades na região até 2022, pois o presidente alega que as ONGs violam "interesses nacionais". Nesse sentido, o documento objetiva limitar as atividades das organizações não-governamentais na Amazônia.

E foi através desse viés, que construímos a problemática do nosso trabalho, voltando o nosso “olhar” para a atuação das ONGs na preservação internacional do meio ambiente, ilustrando esta perspectiva, por fim, com “um olhar” sobre a participação e o papel do Greenpeace na preservação da Amazônia.

Diante do apresentado, formulamos as seguintes perguntas de partida: *Qual o papel das ONGs Transnacionais na proteção do meio ambiente no contexto das políticas de preservação internacional? Como atua o Greenpeace na Amazônia?*

Deste modo, temos como **Objetivo Geral** deste trabalho:

Analisar o ativismo das ONGs transnacionais em relação às temáticas ambientais, considerando as políticas de preservação internacional, especialmente a atuação do Greenpeace na preservação da Amazônia.

Este Objetivo Geral desdobra-se nos seguintes **Objetivos Específicos**:

- ✓ Descrever a importância dos atores não governamentais, em especial as ONGs, no cenário internacional no que tange as questões ambientais;
- ✓ Compreender a importância de ordem internacional ambiental para solucionar os problemas e crises ambientais;
- ✓ Examinar a atuação da ONG Greenpeace na preservação ambiental, em especial da Amazônia.

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/criminalizar-ong-criminalizar-cidadania-diz-greenpeace-sobre-declaracao-de-bolsonaro-23892491>

⁴ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garantir-a-liberdade-das-ongs-e-defender-o-interesse-nacional/>

1.2 JUSTIFICATIVA

Promover uma gestão coletiva e internacional para preservação do meio ambiente é uma preocupação do campo das relações internacionais, visto que os danos provocados pelas crises ambientais são transfronteiriços. Deste modo, entendemos que a questão ambiental deve ser vista num panorama internacional, particularmente no caso da Amazônia, considerada “um imenso reservatório de recursos naturais” (RABINOVICI, 2008, p.6).

Vale salientar que os atores não-estatais têm tido um papel relevante no cenário internacional no que tange às questões ambientais, e a ONG Greenpeace é um ator importante para olharmos a questão da preservação ambiental, particularmente suas ações na Amazônia. Neste sentido, importa olharmos para a atuação da Greenpeace e o seu desempenho nas causas para proteção ambiental na Amazônia. Releva-se ainda o fato de que, atualmente, são vários os desafios que têm se colocado para o meio ambiente frente às mudanças climáticas, desmatamentos, escassez de água, dentre outros.

Pretendemos assim, compreender a importância dos atores-não estatais (ONGs) na cena internacional na defesa do meio ambiente, analisando as suas estratégias de participação social e política na defesa do ambiente e promoção de desenvolvimento sustentável e também as disputas que encontraremos nesse campo. Desta feita corroboramos com Guerra (2020) no entendimento de que “pensar as RI a partir da Amazônia pode trazer à tona questões desafiadoras e inovadoras tanto para refletir nas RI enquanto disciplina quanto na política mundial de modo geral” (p.52).

Acreditamos assim que, com este trabalho, poderemos contribuir com o debate acerca dos ativismos das ONGs transnacionais na área ambiental, um debate que se faz necessário dentro desse universo que é o sistema internacional e nos estudos nas RIs. Não menos importante, reiteramos a importância de um olhar sobre o fenômeno descrito a partir do Sul global, com pesquisa realizada em território brasileiro.

1.3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho, pautaram-se em uma abordagem qualitativa que nos permitiu fazer uma interpretação do fenômeno em análise a partir de uma compreensão da importância das ONGs na cena internacional, particularmente a sua atuação nas agendas das políticas ambientais internacionais, e depois focou-se na preservação da Amazônia e na atuação do Greenpeace neste âmbito.

Conforme salienta Thesaurus (2016), a análise de um caso carregará sempre aspectos peculiares que o diferenciará de outros, permitindo concepções diferenciadas do objeto estudado. Por isso fizemos uma revisão de literatura para coletas de dados, isso aplica nas pesquisas bibliográficas e documentais. De acordo com Pezzo (2016 *apud* MARCANI e LAKATOS, 2007), nas pesquisas bibliográficas analisamos os estudos que já foram realizados em uma determinada área temática, incluindo um recorte de tempo, que nos ofereceu uma absorção geral do assunto. As pesquisas bibliográficas, neste sentido, são de acordo com Almeida (2009 *apud* OLIVEIRA, 2007). [...] “documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (p.5). Neste caso, a pesquisa bibliográfica nos mostrou noções gerais para um entendimento sobre esse fenômeno social e internacional no campo científico. Nos permitiu ainda alcançar os conhecimentos dos outros pesquisadores quanto ao ativismo e o papel das ONGs na preservação Ambiental.

As pesquisas documentais, por sua vez, “possibilitam ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica” (ALMEIDA, 2009, p.5). A ilustração do trabalho com um estudo de caso de ONGs transnacionais, por sua vez, nos deu os feitos e atuações, ou seja, toda a sua contextualização.

Por fim, para analisarmos a atuação do Greenpeace na Amazônia, inicialmente prevíamos a realização de entrevistas semi-estruturadas, e, para tal entramos em contato com eles. No entanto, infelizmente não foi possível realizar as entrevistas, por não terem respondido questionário. Para fazer as nossas análises, consultamos então o site oficial do Greenpeace no Brasil, jornais e algumas bibliografias que publicaram acerca da sua militância global.

Para além do presente capítulo que apresenta este trabalho, os caminhos percorridos na sua feitura e a sua estrutura, esta monografia está estruturada da seguinte forma:

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

No capítulo II delimitamos como surgem os primeiros debates e a internacionalização da temática ambiental a partir da década de 60 e enumeramos as principais conferências internacionais. Além disso, apresentamos as perspectivas teóricas que utilizamos para fazer a nossa análise: a Governança global, os Regimes Internacionais e as abordagens Organizacionais internacionais. Ao final discorreremos um pouco acerca da temática ambiental no Brasil e na Amazônia.

O capítulo III dá ênfase à definição dos conceitos de participação e sociedade civil. Nele explicamos a importância dos múltiplos atores não-governamentais no cenário internacional, particularmente as ONGs. Também ilustramos a concepção dos conhecimentos e epistemologias do Norte-Sul na lógica contemporânea acerca da temática.

O capítulo IV, por sua vez, apresenta e ressalta o ativismo do Greenpeace no mundo, no Brasil e, fundamentalmente, na Amazônia. Trouxemos ainda, neste capítulo, discussões e reflexões que assoalham uma visão mais crítica do ativismo das ONGs transnacionais nos países do Sul Global.

Por fim, nas considerações finais deste trabalho, apesar de reconhecermos a importância e relevância do Greenpeace na Amazônia, em contrapartida identificamos que se faz necessário manter uma visão crítica em relação ao ativismo particularmente as ONGs transnacionais do Norte Global nos países do Sul.

2 CAPÍTULO II - AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A POLITIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL: CONSCIÊNCIA AMBIENTAL GLOBAL, DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE E O BRASIL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Neste capítulo, analisaremos a internacionalização dos debates referentes à questão ambiental, frisando quando começaram os primeiros debates e quais foram as principais conferências que confeccionaram a criação de agendas internacionais voltadas para a crise ambiental. E ainda neste capítulo, focamos em ilustrar a importância do Direito Ambiental, articulamos e explicamos a relação do Brasil com a temática do Meio Ambiente, e, no final, “olhamos” para Amazônia como sendo um espaço transnacional.

2.1 O SURGIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL GLOBAL

Foi com o crescimento econômico e com a industrialização dos países desenvolvidos no período logo após a Segunda Guerra Mundial, que começaram a fundir-se um consumo em massa de recursos naturais. O que se vivia neste período eram os efeitos da globalização, um processo que sustentou a expansão das multinacionais dos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos, revelando, assim, a dominação ideológica, econômica e política, parafraseando Silva (2012).

De acordo com os estudos de Lacerda, Ribeiro e Lyra (2020 *apud* BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004) essas circunstâncias conduziram a uma crise ambiental, na qual a causa dos seus problemas é compreendida por haver uma desarmonia construída entre um espaço físico (natureza) e o social (homem), problemas esses que ultrapassam as fronteiras dos Estados e se transformam em uma temática importante para a Política Internacional (PI).

De acordo com Milani (2008), foram nos anos de 1960-70 que apareceram os principais debates políticos e críticos sobre o meio ambiente, pois foi nesse período que se sentiram os primeiros desfechos da crise ambiental. Estes debates, que tinham um cunho neoliberal, culminaram para a primeira Conferência das Nações Unidas em Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano), no ano de 1972. Foi a partir daí que surgiu uma agenda comum de natureza, ciência e política para o desenvolvimento e proteção ambiental no âmbito internacional.

No ano de 1980 as temáticas que se referem ao aquecimento global, proteção da camada do ozônio, biodiversidade, desmatamento, entre outros, tornaram-se assuntos centrais da

agenda mundial das negociações políticas e econômicas. Desta feita, passaram a fazer parte de uma agenda internacional de operações estatais e não estatais para uma segurança coletiva. Assim, os problemas ambientais e os planos políticos demonstraram que o pensamento ecopolitizado ultrapassa diferentes “fronteiras (territórios, disciplinas, setores), posiciona-se à margem ou além das formas clássicas de afiliação política individual e coletiva (classe social, nação)”, conforme ressalta Milani (2008, p.294).

Naquela época foram vários os países que criaram seus Ministérios do Meio Ambiente, tais como: Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, entre outros países do Norte. Porém, alguns países do Sul criaram estruturas semelhantes e, partir daí, observou-se um desenvolvimento contínuo de conscientização sobre os problemas ambientais, assim como de propagação de regras – tanto ao nível nacional como internacional – de proteção ambiental e valores ambientais. Assim, podemos dizer que a conscientização ambiental começa de forma institucionalizada nos países nórdicos e anglo-saxônicos, depois parte para os países do Sul.

Segundo Varella (2009), os atores não-estatais (a sociedade civil organizada, ONGs, associações, sindicatos, pastorais, comunidades científicas, as empresas e os diversos atores do mercado) tiveram um papel essencial para a amplificação da conscientização dos problemas ambientais, cooperando para a construção de valor comum ambiental em todo planeta.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A POLITIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Podemos dizer que na década de 1960 ocorreram muitas mudanças sociais e econômicas para os países desenvolvidos, ao tempo em que a humanidade marchava aceleradamente para o esgotamento, ou seja, uma crise de recursos naturais indispensáveis para a sua própria sobrevivência. Neste sentido, foram criadas estratégias que visavam a proteção do Meio Ambiente, e do estabelecimento da união do Homem com Natureza.

Na década de 60 cidadãos do mundo se organizaram em movimentos ecológicos com posições diferentes: a PRESERVACIONISTA, preocupados exclusivamente em preservar as espécies em perigo de extinção. A outra vertente, a CONSERVACIONISTA, pela conservação do habitat das espécies ameaçadas de extinção e reforçando a visão de proveito dos ecossistemas para as populações humanas. Em 1965 é utilizada a expressão “Educação Ambiental” na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha (CASTELLA, 2012).

A citação acima sinaliza a importância dos movimentos ambientalistas para resolução da crise ambiental, os movimentos ecológicos que foram surgindo no mundo a partir da década

de 1960 visavam criar uma relação entre o homem e a natureza, ou seja, miravam para uma ideia de presevacionismo de educação ambiental.

De acordo com Silva (2012), podemos dizer que as ideias sobre a importância do equilíbrio ecológico e de desenvolvimento sustentável atualmente têm o seu lugar de destaque na política internacional por conta das diversas conferências e fundações internacionais que as Nações Unidas vêm alargando desde 1972, quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUAH), que teve lugar em Estocolmo, com a participação de 113 países.

A referida Conferência trouxe imensas aquisições, fortalecendo a própria ONU e criando uma agenda multilateral sobre as temáticas ambientais que derivou para várias negociações futuras, que seriam elucidadas mais a frente, sobre o meio ambiente, realizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cujas três funções principais, são: “aquisição e análise de conhecimento; o estabelecimento de políticas e normas internacionais, e desenvolvimento de capacitação, assistência técnica e educação” (LACERDA, RIBEIRO, LYRA, 2020, p.145). Neste sentido, o PNUMA surge com objetivo de organizar as atividades ambientais de Estados e Organizações Internacionais (OIs), além de ser um catalisador de projetos regionais e internacionais de proteção ambiental. O programa abarca uma série de instituições e atua no monitoramento de ações em prol do meio ambiente.

Foi em 1972 que ocorreu também a publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, pelo Clube de Roma, cujo conceito de ecopolítica passou a ser tema dos debates mundiais. A ecopolítica seria as políticas ambientais internacionais estabelecidas por meio de cooperação entre os Estados e pelas OIs, sendo os regimes ambientais a área de atuação dos principais sistemas internacionais. Tornou-se assim pauta principal das discussões da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, o que levou na transformação desta temática do meio ambiente como sendo uma questão de maior relevância no cenário internacional ou na política internacional. Como efeitos da conferência, em 1973 surgem conceitos como ecodesenvolvimento, desenvolvido por Maurice Strong, e sequencialmente em 1974-75 surgem declarações e relatórios (Cocoyok e o relatório Dag-Hammerskjöld) que tratam dos problemas ecológicos, bem como dos impasses que causa o Capitalismo, segundo Silva (2012).

Ainda segundo com Silva (2012, p.130), diferentes acordos multilaterais passam a figurar na agenda da ONU para o meio ambiente, e assim surgem, entre a década de 1970 a 1980, convenções e protocolos que proferem sobre o Meio Ambiente, tais como:

- Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, de 1973;

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982;
- Convenção sobre Poluição Transfronteiriça de Longo Alcance, de 1983;
- Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio, 1985;
- Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987;
- Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, de 1989.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), de 1983, conhecida como a Comissão Brundtland, foi designada para realizar audiências ao redor do mundo e produzir relatório formal com suas conclusões. O relatório final da Comissão “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), de 1987, propunha o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, tornando-se parte do vocabulário ambiental. De acordo com o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum (1987):

Há só uma Terra, mas não só um Mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservar nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. (Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, 1987).

Os debates acima ilustrados, que ocorreram sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, revelam que o crescimento econômico para desenvolvimento dos estados industriais afligiram o equilíbrio ecológico, a estabilidade econômica e a segurança do planeta, fazendo surgir assim novas aspirações sobre o modo de equilibrar os limites do crescimento e a necessidade de desenvolvimento de todos os países.

Nesta perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável, criado em 1987 por meio do relatório da Comissão de Brundtland, tornou-se popularizado e amplamente utilizado na década de 1990, e foi se expandindo com as diversas legislações ambientais e acordos internacionais impulsionadores das mudanças na política global, de acordo com Feil & Schreiber (2017).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, no ano 1992, reuniu vários representantes estatais e também atores não estatais para tratar de uma nova solidariedade internacional,

sustentada por princípios e responsabilidades comuns no cenário internacional, conforme explica Silva (2012, *apud* Prieur, 2005), onde também foi, aprovada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) que tinha como objetivo discutir estratégias para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera até o ano 2000 (Gamba, 2012) .

Esta conferência marcou uma “nova era” nas negociações ambientais, consolidada numa nova agenda voltada ao desenvolvimento sustentável: a Agenda 21. Podemos dizer que a Agenda 21 é um instrumento (podem ser protocolos, convenções, entre outros) de construção coletiva e participativa, que tem como objetivo indicar os caminhos e apoiar os projetos e políticas voltados para o desenvolvimento sustentável. Defende assim a ideia da interação pacífica e sinérgica do homem com a natureza, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2006).

Aqui destacamos outras conferências internacionais significativas que internalizaram o conceito de sustentabilidade ambiental na década de 1990, na qual observou-se a ampliação dos agentes atuantes na gestão ambiental, segundo Castella (2012):

- ✓ 1993: Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena;
- ✓ 1994: Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo;
- ✓ 1994: Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados, realizada em Barbados;
- ✓ 1995: Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague;
- ✓ 1995: Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing;

Em 1997 a comunidade internacional convocou a Conferência das Partes (que fazem parte das convenções anuais da Convenção Quadro mencionada acima), para rever os compromissos internacionais para que houvesse progresso em relação ao desenvolvimento sustentável. A Conferência contribuiu para criar um ambiente político propício à aprovação do Protocolo de Kyoto, em dezembro de 1997.

Em 2002 aconteceu a Rio+10 em Joanesburgo, na África do Sul, que foi a tentativa da ONU de reavaliar e implementar os fins e diretrizes obtidas na Rio-92, para avançar com as ideias de desenvolvimento sustentável. Nesta conferência, conseguiram avançar nas discussões no campo da biodiversidade. Em 2012, por sua vez, foi realizada a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de dar continuidade aos projetos ligados ao desenvolvimento

sustentável e o seu fortalecimento. Esses compromissos fazem parte da Agenda 21 que foi elaborada no Rio-92 com metas de alcance ao desenvolvimento sustentável.

A diminuição dos efeitos dos gases de estufas e o assunto aquecimento global têm ocupado um lugar de destaque nas últimas décadas. E foram surgindo outras agendas ao nível global e regional, tais como: criou-se duas Agendas referentes: a “Agenda 2030” elaborada em 2015 que tem 17 objetivos e 169 metas, e que surge para consolidar a ideia de que é necessário ter uma maior responsabilidade humana para com o nosso planeta, sustentando assim a ideia de desenvolvimento sustentável; e a “Agenda 2063” da União Africana, que tem inspirações pan-africanistas, com objetivos de “direcionar as nações africanas em direção à sustentabilidade política, social, econômica e ambiental” (SEMEDO, 2020, p. 27).

As demais Conferências e convenções não trouxeram tantos avanços para a área ambiental como esperado. No entanto, ajudaram na aprovação dos documentos mencionados acima, o que possibilitou a continuidade dos debates assim como o aprofundamento e criação das novas agendas em prol de um desenvolvimento sustentável. Os eventos ilustrados tiveram como foco o tema desenvolvimento sustentável, na busca de criar mecanismo para satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as condições gerações futuras.

2.3 DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Entende-se como o Direito Internacional do Meio Ambiente como sendo o conjunto de normas e princípios que tem um caráter internacional para controlar a proteção do meio ambiente, e que, de acordo com Varella (2006), tem uma preocupação global com a proteção da natureza, independentemente do território onde se encontra. Ainda segundo as falas de Varella (2006), o Direito Internacional do Meio Ambiente é construído por regulamentações não lineares e complexas, pois constitui um direito de predeterminação difícil e possui características (de normas diferentes aos níveis multilaterais e bilaterais). Não é monitorado por uma instituição ou coordenação, porém existe um humanitarismo de instituições que regem vários acordos internacionais de maneira heterogênea, portanto pode se dizer que é direito implementado de uma forma delicada na sua prática.

Esse ramo do Direito ganha forma entre os anos de 1950 e 1960, porém é importante frisar que o foi na segunda metade do século XX que ocorreu o seu fortalecimento. Foi nos anos 1970 que se fundiu o aumento dos tratados e convenções internacionais, principalmente no ano de 1972, na conferência em Estocolmo, quando surgiram convenções sobre mudanças climáticas, diversidade biológica, entre outras agendas, e estes contribuíram para o

fortalecimento do Direito Internacional do Meio Ambiente. Não menos importante, vale salientar que vários acontecimentos sociais e problemas ambientais contribuíram para a consolidação desse ramo do Direito, como é ilustrado abaixo:

Entre os fatores que contribuíram à formação e ao fortalecimento do Direito do Meio Ambiente, encontramos: as altas taxas de crescimento da população mundial, conseqüentemente, a melhoria das condições sanitárias; o desenvolvimento das ciências médicas, após a Segunda Guerra Mundial; o uso maciço dos recursos ambientais, causa da destruição de vários ecossistemas em todo o mundo, mas, principalmente, nos países do Norte; os primeiros grandes acidentes de efeitos imediatos, com a destruição em larga escala da natureza; a chegada do homem à Lua, quando a humanidade pôde ver a Terra como estrutura frágil a partir de um ponto de observação externo; os modelos de simulação de impacto, que trouxeram a visão catastrófica do futuro da humanidade, anunciando o esgotamento de certos recursos biológicos e energéticos para o fim do século ou para um futuro não muito longínquo, entre outros. (VARELLA, 2006, p.8)

O processo de aceitação do Direito do Meio Ambiente para os países do Sul se deu de uma forma paulatina. Com a Conferência de 1972, em Escolmo, esses países uniram o seu plano de Desenvolvimento ao Direito do Meio Ambiente, e assim assistiu-se a um fortalecimento da posição dos países do Sul, com uma agenda voltada para o desenvolvimento sustentável. Deste modo, conforme salienta Varella (2006), foi através desta agenda voltada para o Desenvolvimento Sustentável, que os países do Sul se tornaram atores importantes na construção jurídica internacional para a proteção do meio ambiente.

2.4 MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

De acordo com Barros-Plataiu, Varella e Schleicher (2004), a política ambiental global surgiu como um campo de indagação multidisciplinar orientado por uma perspectiva global de que os problemas ecológicos perpassam as fronteiras nacionais dos Estados, pois trazem consigo uma diversidade de processos para a gestão coletiva, problematizando a questão ambiental ou a crise ambiental ao nível local, nacional, global e transfronteiriço, na compreensão de que está se constitui em um bem comunal global, sendo patrimônio comum da humanidade.

A ordem ambiental internacional surge no processo de políticas e mobilizações nacionais, negociações e acordos internacionais que envolvem vários atores do sistema internacional do século XX. Nas décadas anteriores as lentes teóricas para se analisar o sistema internacional estiveram focadas sobretudo no Realismo e no Liberalismo – como, por exemplo,

entre os anos de 1920, durante as duas primeiras grandes guerras mundiais, com a supremacia dos estados nacionais enquanto atores das relações internacionais (vide o realismo político de Hans Morgenthau). No entanto, as abordagens que vêm questionar a situação do meio ambiente tornam-se mais abrangentes com “o declínio da hegemonia norte-americana aliado a um novo milieu internacional [que] impulsionou uma nova geração de abordagens e análises”, conforme nos revelam Barros-Platiau; Varella; Schleicher (2004, p. 109).

As questões de segurança ambiental e desenvolvimento sustentável se estabeleceram com o fim da Guerra Fria onde as duas maiores potências nucleares (antiga URSS e os EUA) estavam numa corrida armamentista. A Guerra Fria trouxe uma grande instabilidade ao sistema internacional, porém com o seu fim os Estados e outros atores do sistema internacional mostraram a sua preocupação pelo meio ambiente. Com o advento da globalização surgiram novas abordagens teóricas nas Relações Internacionais, dando maior abrangência aos estudos na área. Nesta esteira, no início nas décadas de 1970 e 1980, as discussões referentes aos problemas ambientais foram internacionalizadas, se consolidando nos anos 1990 com a criação de instrumentos normativos internacionais (tratados, protocolos e acordos multilaterais) com vistas a assegurar uma regulamentação das relações humanas com o meio ambiente, parafraseando Ribeiro (2021).

Dentro das análises de Barros-Platiau; Varella; Schleicher (2004), a crise ambiental é um fenômeno que revelou a necessidade da existência de uma gestão coletiva ambiental, uma vez que os problemas que constituem essas crises perpassam as tradicionais fronteiras territoriais dos estados nacionais, demandando ações conjunta dos atores envolvidos. Deste modo, a crise ambiental constrói o elo que liga a temática do meio ambiente com as Relações Internacionais, instituindo-se como uma área de conhecimento estratégica neste campo.

A gestão ambiental coletiva é um espaço socialmente construído em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Convenientemente, a crise ambiental deve ser olhada por lentes que miram esses problemas como transfronteiriços e que merecem ser discutidos nas estruturas globais. Por isso, a crise ambiental é uma crise global e nesse âmbito que são moldadas as resoluções dos seus problemas. A partir dessa perspectiva, de sua gestão coletiva, escolhemos três perspectivas para observá-la, a saber: a Governança Global, os Regimes Internacionais e as abordagens organizacionais.

Barros-Platiau (2004) observa que, de acordo com Marie-Claudiz Smouts (2001), essas três abordagens - Governança Global, os Regimes Internacionais e as Abordagens Organizacionais - representam os movimentos de cooperação internacional que estão regidos sobre uma governança mundial que existe desde o século XVII do sistema Vesflaliano.

As abordagens organizacionais centralizam-se nos estudos das organizações internacionais e buscam desvendar como estas se constituem e funcionam. Inicialmente tinham uma atenção especial para a ONU e ao seu papel organizacional e gestão dos problemas globais. Porém, de acordo com Barros-Platiau, Varella, Schleicher (2004, p.109) esta abordagem busca contribuir com todos os fatores que contribuem para a caracterização da propaganda “ crise do multilateralismo”.

O ano de 1967 marcaria a aprovação da resolução anti-sionismo na Assembléia Geral das Nações Unidas, fato que teria provocado o desinteresse norte-americano na organização. Além disto, a détente américo-soviética, o processo de descolonização afro-asiática, junto a emergência do Terceiro Mundo como uma força contestadora da Ordem Econômica Mundial, as modificações estruturais trazidas com a Terceira Revolução Industrial – fazendo emergir centros de poder alternativos no sistema internacional, como Alemanha e Japão – e as crises energéticas, trouxeram profundas modificações às abordagens organizacionais durante o período entre os anos de 1967 e 1969 (BARROS-PLATIAU, VARELLA, SCHLEICHER, 2004, pg.109). As abordagens organizacionais, seriam nesse caso a interação das Organizações Internacionais como sendo sistemas abertos que criam estruturas que buscam através da eficácia adequar uma melhor gestão ambiental.

No campo das Relações Internacionais a interação das organizações internacionais marca o momento que foi desenvolvida a ideia de de uma governança mundial. Os estudos das instituições formais mostram que as OIs regem a governança internacional, implusionando assim novas abordagens e análises que operam as relações internacionais para uma melhor gestão dos novos problemas e questões globais, dentre os quais estariam os regimes internacionais.

As ideias de governança global e regimes internacionais se complementam, sendo que a governança global/internacional tem como objeto de estudo o campo designado “organizações internacionais”, ou seja, analisar a gestão internacional fora da governança de um estado/governo. Neste sentido, segundo Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004 *apud* James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel, 2000), o conceito de regimes internacionais se difere da governança global e seria menos abrangente. Deste modo, numa abordagem teórica das Relações Internacionais, os regimes internacionais, de acordo com Barros-Platiau, Varella, Schleicher (2004, p.111), são:

[...] princípios, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão, sobre os quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área temática”, isso na abordagem neoliberal é seriam as diretrizes para fazer cumprir a tarefa incertezas entre

os atores e fazê-los caminhar para resultados “ótimos”. (Barros-Platiau, Varella, Schleicher, 2004, p.111).

Nesse sentido os regimes internacionais são um caminho adequado para compreender-se a ordem internacional contemporânea. Segundo Tostes (2006), “levando em conta o conceito de Keohane, os procedimentos de um regime devem ser consistentes com os seus princípios e normas, ou seja, com os valores e os comportamentos dos atores envolvidos”. (TOSTES, 2006, p.69).

Podemos dizer, nessa vertente, que os regimes internacionais para o meio ambiente seriam todas as mobilizações de atores estatais e não estatais que criam mecanismos e estratégias nas suas relações, visando a proteção e preservação do meio ambiente. A governança global, por sua vez, é um sistema de ordenação, ou seja, regida por uma ordem mundial que se estabelece por meio de uma gestão coletiva na área ambiental.

Portanto, essas abordagens estão interligadas, sendo áreas teóricas que estão estruturadas no campo das Relações Internacionais para analisar diferentes temáticas e o meio ambiente é uma delas. Neste sentido, as abordagens organizacionais abrangem a ideia que as organizações internacionais interagem entre si como forma de buscar soluções para os problemas ambientais, isso complementa a ideia de governança global e de regimes internacionais, por serem relações entre os diversos atores internacionais que buscam diretrizes para os problemas ambientais. Assim, compreendemos que essas abordagens nos ajudam na percepção da importância de uma gestão coletiva para o meio ambiente, e no entendimento sobre qual o papel que cada ator desempenha nessa determinada temática, e as suas respectivas contribuições.

2.5 O BRASIL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Os temas relacionados com questões ambientais ganharam maior importância na dimensão nacional e internacional da agenda brasileira a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. De acordo com Platiau (2011), o Brasil por ter um perfil *sui generis* – sendo um dos países mais ricos em diversidades biológicas do planeta – assume um papel relevante nos regimes internacionais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

Historicamente participe das discussões internacionais relativas ao meio ambiente, o país foi signatário e protagonista na negociação de diversos acordos multilaterais relacionados ao meio ambiente. No entanto, o posicionamento do país nessa esfera sofreu uma ruptura com

o atual governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Neste sentido, ressalta-se que, inicialmente, o Brasil iria receber a COP 25 – a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climática – em 2019, porém o presidente Jair Bolsonaro cancelou o evento no país. Outro aspecto importante refere-se ao fato do Brasil ter saído do Acordo de Paris – que rege medidas internacionais para a redução de emissão de gases estufa – contrariando o que havia assinado em 2015, e do governo Bolsonaro ter "prometido" emitir mais gases do efeito estufa até 2030, em um comportamento que viola as regras do Acordo de Paris, que diz que os países não podem retroceder em suas metas de emissões⁵.

É importante considerar que as questões ambientais estão presentes na política externa brasileira, na sua relação com a política internacional contemporânea e nas relações burocráticas subnacionais (governos estaduais, prefeituras, centro de pesquisas entre outros). A importância da temática ambiental para o Brasil na política internacional sobre o tema, amplia-se em função do tamanho do país e da sua diversidade. De acordo com Platiau (2011, p.11):

O Brasil é um país megadiverso, o que significa que tem provavelmente a maior riqueza natural do planeta, ou seja, de 15% a 20% do total mundial. Além disso, a megadiversidade tem aspecto humano e cultural, sendo constituída por mais de 200 povos indígenas no território nacional e por um grande número de comunidades locais/ tradicionais, como quilombolas, caiçaras, entre outros. (PLATIAU, 2011, p.11).

Os regimes internacionais dos quais o Brasil faz parte, em virtude do meio ambiente, são o regime internacional do clima, o regime internacional da diversidade biológica ou biodiversidade, o regime da biossegurança e existem outros. Todos estes regimes surgiram em função da Rio-92 e do Protocolo de Quioto (1997)⁶. Políticas que proferem acerca do clima, sempre fomentaram para a utilização de energia renovável, conservação de energia e reciclagem, redução das emissões por desmatamento na Amazônia brasileira e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de acordo com Platiau (2011). Nos anos 1990, as estratégias de políticas nacionais impressionavam e implementavam projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, esses projetos faziam parte do programa

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/acordo-de-paris-completa-cinco-anos-e-brasil-retrocede-nas-politicas-ambientais> - Brasil de fato
<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/11/do-inicio-ao-fim-o-meio-ambiente-no-governo-bolsonaro/>

⁶ É um tratado internacional que tem como objetivo a redução da emissão dos gases que produzem o efeito estufa, que são a causa do atual aquecimento global. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Quito

como: Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), o Fundo Amazônia, o Programa de Pequenos Projetos (PPP), entre outros.

O Direito Ambiental no Brasil é sofisticado, porém ainda é pouco respeitado e pouco efetivo. Vale ressaltar, conforme aponta Platiau (2011, p.32), que no Capítulo VI do Título VIII, no Art. 225 da Constituição brasileira de 1988, consta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (PLATIAU, 2011, p.32).

No caso da Amazônia, o Brasil vinha sendo instado a instaurar e manter programas de combate ao desmatamento do bioma amazônico e de incentivo ao uso sustentável dos recursos da região.

O programa Áreas Protegidas da Amazônia é um programa federal com objetivo de reforçar as unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, por meio da conservação de mais de 50 milhões de hectares. Já foi criado um Fundo de Áreas Protegidas (FAP) para a captação de recursos, com a expectativa de doações de US\$ 400 milhões em dez anos. Neste sentido, várias parcerias já foram estabelecidas com: Banco Mundial, governos estaduais e municipais, Ibama, KfW (banco alemão de fomento), a GTZ alemã, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e organizações da sociedade civil. (PLATIAU, 2011, p.52).

Neste sentido, o Brasil vinha se mostrando um ator-chave na política ambiental mundial, fazendo parte de vários regimes internacionais e definindo uma estratégia nacional em prol da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável. No entanto, atualmente, a agenda ambiental oficial brasileira não tem se sustentado como outrora, e a Amazônia vem sendo dilapidada por sucessivos ataques a sua flora e fauna por meio de queimadas, ataques aos povos indígenas, e ataques aos ativistas e organizações não governamentais (ONGs) que atuam na perspectiva da sua preservação. Pode-se afirmar, neste sentido, que há, particularmente nos últimos dois anos, uma imensa violação e conflitualidades socioambientais relacionados à Amazônia.

A observação que se faz é de que houve uma ruptura com a forma de inserção brasileira em relação às questões ambientais no mundo. No Brasil, desde os anos 1990, a temática ambiental era discutida e levantada como uma importante preocupação, levando o país a ocupar – de forma legítima – no cenário internacional um papel que efetivava estratégias de políticas ambientais internacionais, conforme nos revela Lamas (2019).

O atual governo do país, sob a gestão do presidente Jair Bolsonaro, optou por uma atitude que contradiz o percurso histórico empreendido pelo país no âmbito internacional em

relação às questões ambientais, levando o Brasil a uma perda de sua credibilidade na cena internacional.

Desmatamentos na Amazônia, colapsos de barragens e manchas de petróleo. Acontecimentos deste tipo têm marcado a realidade brasileira nos últimos anos, atraindo atenção midiática internacional. O país também está entre os líderes mundiais em assassinatos de ambientalistas. Já os povos indígenas vêm sendo alvo de ataques verbais e invasões, além de serem afetados pelo alastramento da Covid-19. Durante o governo Bolsonaro, observam-se, ainda, ataques a Organizações Não Governamentais (ONGs), o enfraquecimento de iniciativas ambientais internacionais e tentativas de aparelhamento e esvaziamento de instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (OLIVEIRA, 2020).

Demonstrando imensas indecisões diplomáticas de esvaziamentos das iniciativas de cooperação internacional para a proteção e preservação da Amazônia e manutenção dos povos indígenas, atualmente o Brasil contradiz o seu histórico e torna-se um país que está longe de promover o desenvolvimento sustentável, abrindo o caminho para o agronegócio de extração de madeira e pecuária, e comprando uma “guerra” na floresta com os povos indígenas e com as ONGs que atuam em sua defesa.

Para Oliveira *apud* Milanez (2020), é necessário promover a interlocução de saberes para a superação da crise do capitalismo e os fenômenos que estão associados a ele, obviamente as emergências climáticas e ambientais, porém a atual situação da Amazônia mostra uma separação entre a sociedade e a natureza.

2.5.1 A Amazônia como espaço político transnacional

Segundo Pieranti e Silva (2007), a Amazônia estende-se num território de 5 milhões km², o que equivale a 56% do território brasileiro. A sua floresta se alarga por seis países, totalizando uma área de 8 milhões de km². Contêm riquezas minerais diversas que são constantes em todo o território amazônico, que vão do ouro ao petróleo, do manganês ao diamante. É composta por reservas de mais 12 minerais diferentes espalhadas pela sua área, muitas das quais em terras indígenas e pouco exploradas. Ressalta-se que no Brasil vivem entre 320 e 350 mil índios, habitantes de cerca de 11,01% do território nacional. Das terras indígenas, 83,72% estão na região Norte, principalmente na floresta amazônica. Na Amazônia vivem “centenas de etnias indígenas, muitas comunidades quilombolas e reservas extrativistas de seringueiros, açazeiros, dendezeiros, quebradeiras de babaçu, pescadores, pequenos

agricultores, entre outros “povos da floresta”⁷ que têm na Amazônia a sua fonte de subsistência” (GUERRA 2020, *apud* PORTO-GONÇALVES, 2017, p.41).

A Amazônia inclui oito países soberanos sendo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além do ‘território francês’ da Guiana Francesa. É deste modo, que a Amazônia configura-se como um território de campo de disputas e preocupações, ao tempo em que é a “vitrine” do Brasil frente à comunidade internacional, por suas riquezas e diversidade. Sobre a Amazônia, Rabinovici (2008) salienta que “a localização geográfica, a sociobiodiversidade, paisagens, mananciais, considerados os maiores patrimônios mundiais e contabilizados enquanto commodities do futuro somando a biotecnologia, seqüestro de carbono, ciclos hidroquímicos, dentre outros”. (p.3).

As disputas e interesses referentes à Amazônia estão localizados nos níveis local, regional, nacional e transnacional. A politização das questões ambientais projeta o Brasil com um espaço político transnacional e revela a questão da Amazônia como um caso emblemático do ambientalismo contemporâneo, de acordo com Rabinovici (2008 *apud* ZHOURI, 2001, 2002).

Olhando ainda sobre a perspectiva de Zhouri (2001), a Amazônia para um seringueiro representa a fonte de recursos necessários para a sua própria sobrevivência diária; para um brasileiro um espaço onde a fronteira deve ser defendida; para os cientistas, por sua vez, a Amazônia é vista como um lugar de realização de diversas pesquisas sobre um ecossistema de maior biodiversidade; para uma empresa multinacional ela pode configurar-se como uma área de extração de exportação de madeira; para um forasteiro/viajante é uma área que merece ser valorizada e explorada como sendo um recurso natural e vital. A Amazônia também é um território que transporta uma grande gama de ONGs nacionais e transacionais que simbolizam o ambientalismo moderno. Todas estas perspectivas, reforçam a representação da Amazônia enquanto um território que expressa conflitos diferentes e de grupos diferentes, sejam estes nas esferas local, nacional e/ou global.

As internacionalizações das questões ambientais na Amazônia foram asseguradas na ECO-92 pelos movimentos sociais ambientalistas do Brasil que, a partir de então, desenvolveram novas relações no âmbito internacional, visto que, inicialmente, os assuntos

⁷ Sobre o conceito de povos da floresta, os autores ressaltam que: “utilizamos o termo para nos referir a todos os povos, grupos, comunidades e etnias que vivem na Floresta, com ela experenciam seus modos de vida e dela retiram o seu sustento material. Referenciamos, assim, a importante figura histórica do ativista e seringueiro Chico Mendes, que tinha como princípio de luta a ideia de que “não existe defesa da floresta sem os povos da floresta” (GUERRA, 2020, *apud* PORTO-GONÇALVES, 2017, p.41)

permaneciam em uma dimensão regional, longe da mídia, da opinião pública e dos principais centros nacionais do país. De acordo com Zhouri (2006), isso se deve pelo fato de que

[...] a remota localização geográfica da Amazônia em relação aos centros de decisão política do país; seu gigantismo, combinado com a falta de recursos e com a pouca articulação existente entre as suas várias e complexas dimensões sociais e políticas; a longa e violenta história de opressão da sua sociedade civil, por meio de alianças entre as forças do Estado e as elites locais e regionais; e, por fim, os significados simbólicos atribuídos à Amazônia pelo imaginário nacional (ZHOURI, 2006, p.143).

É preciso ressaltar que as pressões das ONGs internacionais no período que foram deliberados os objetivos do desenvolvimento sustentável, foram importantes para dar mais visibilidade aos movimentos nacionais e regionais, que atuaram de forma significativa promovendo a importância desses atores-não estatais para resolução dos problemas ambientais nacionais e para criação de políticas públicas voltadas para a proteção do Meio Ambiente. Os atores locais eram praticamente incógnitos no cenário político nacional e foram projetados na arena global, passando a assumir papéis significativos nos diversos programas nacionais, conforme explica Zhouri (2006). É nessa vertente que a mídia, desempenha um papel relevante para as ONGs nacionais e transnacionais, pois ela divulga os movimentos conservacionistas e os protestos das ONGs contra os bancos multilaterais, que estavam causando desastres em andamento na Amazônia na promoção do comércio de madeira financiado pelo Banco Mundial sob as responsabilidades dos governos e agências do Norte. Tiveram, assim, um protagonismo fundamental para dar visibilidade ao modo de vida dos seringueiros e dos povos indígenas, os chamados “povos da floresta”.

Foi na década de 1990, que aumentaram os movimentos que promovem a preservação da biodiversidade e justiça social na Amazônia, tanto por atores ativistas de forças internas (nacionais) quanto internacionais (globais). Vale salientar que as ONGs transnacionais são os agentes que vêm implementando condições nas suas agendas, constituindo relevantes debates sobre a Amazônia, enaltecendo experiências sociais e culturais dos nativos e assim refletindo no construir da Amazônia como uma temática de grande relevância nas orientações organizacionais internacionais.

Segundo Rabinovici (2008), o número de ONGs na Amazônia varia de 100 a 100 mil, dentre as quais destacamos: WWF-Br, The Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional Brasil (CI-Br), Amigos da Terra Internacional, União Mundial pela Conservação da Natureza (IUCN) e Greenpeace, entre muitas outras.

A disputa pela questão da soberania da Amazônia tem um caráter de paradigma disputa, aberto a novas percepções, que vai de acordo com os interesses da comunidade internacional e, por isso, a Amazônia aparece nos conceitos de uma soberania compartilhada, para a segurança ecológica, segurança comum, na ordem internacional, incorporando uma ideia ecológica que seria compreendida no sentido amplo no processo diplomático e nas relações internacionais. Nesse sentido, a Amazônia transpôs a questão de diferenças geográficas e passou a ser o conceito de geopolítica ambiental, termo atribuído aos países com rica biodiversidade, uma vez que a Amazônia faz parte das estratégicas que influenciam na política global.

Muitas dessas ONGs transnacionais tornam-se porta-vozes dos problemas da Amazônia e com isso, de algum modo, monopolizaram a formação da opinião mundial sobre a região. Essas interferências transnacionais nos pensamentos e processos deliberativos são normais devido à desigualdade política internacional que lhes confere o poder de influenciar. Essas intervenções são justificadas pelas crises que assolam a região e também sob uma concepção de que este é um espaço que tem um caráter internacional, no qual a soberania do Estado Nacional seria compartilhada, de acordo com a explanação de Rabinovici (2008). Rabinovici (2008) fala ainda, referenciando Yearley (1996), que a questão da consciência global resulta do aumento da propagação da cultura e informação: “quanto mais se homogeneízam, mais as pessoas se percebem enquanto membros de uma comunidade global, e assim participam e/ou apóiam instituições transnacionais.”

Assim, podemos afirmar que a temática ambiental desempenha um papel importante, sendo considerada uma das grandes ideologias transnacionais influentes globalmente. Possui uma estrutura discursiva, ideológica e política altamente eficaz, baseada em problemas concretos e em ideias de justiça ambiental. A importância da temática nos âmbitos local e transnacional, coloca os diferentes atores em disputa por participar da construção de suas agendas e das decisões referentes ao campo. Neste sentido, e não menos importante, a Amazônia constitui-se em espaço-território de grande potência no âmbito destas discussões e disputas.

3 CAPÍTULO III - SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: BREVE APRESENTAÇÃO DO CONCEITO E SUA EVOLUÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Neste capítulo explicamos os conceitos sociedade civil e participação para que possamos entender a importância das organizações sociais e civis nos espaços públicos e políticos, mencionando o que seriam as experiências e vivências dos países Sul para “dar luz” ao nosso trabalho que volta o seu olhar para o Brasil – um país do Sul –, a Amazônia e a relação das organizações da sociedade civil com esta, particularmente de uma ONG do Norte, de atuação transnacional, a saber: o Greenpeace. Aqui também falamos um pouco acerca da sociedade civil brasileira – em especial as ONGs – para entendermos melhor a participação social deste ator, de um modo geral e, particularmente, na Amazônia.

3.1 EVOLUÇÃO E NOÇÃO DOS CONCEITOS DE SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO

A história da sociedade civil é marcada por uma série de conceitos clássicos que rompem visões e posicionamentos políticos conforme as constantes transformações do seu significado ao longo do tempo, pois o conceito é marcado por uma ambiguidade que carrega consigo autoridade política. De acordo com Santos *apud* Kaldor (2013), as transformações do conceito e também da autoridade política simbolizam os estilos de contratos sociais que existiam ao longo dos diferentes períodos.

Nos séculos XVII e XVIII a sociedade era regida por um modelo social de regimes de leis que garantissem a segurança privada, ou seja, a sociedade civil era representada pelo império ou pela anarquia e havia uma preocupação focada na estabilidade dos mercados. Já no século XX, a sociedade civil foi marcada por reivindicações e movimentos de direitos políticos, econômicos e sociais, onde a sociedade civil se separou do Estado. Com a ampliação desses movimentos foram identificadas imensas mudanças sociais, aparecendo movimentos como os dos trabalhadores, que exigiam o acesso para tomada de decisões políticas de leis trabalhistas. No século XXI, a ideia de sociedade civil passou a ser entendida como sendo composta por atores que se preocupam com assuntos ligados a coletividade (públicos) e que atuam de forma autônoma em relação ao Estado, conforme relata Santos parafraseando Kaldor (2013).

A palavra participação, nesse contexto, refere-se a participar, fazer parte, ou mesmo tomar parte das atividades públicas ou ações coletivas. Participação social busca beneficiar a

sociedade em todos os níveis, indagando sempre mudanças e transformações sociais de uma forma discursiva e participativa, ou seja, colocando em prática os assuntos democráticos (SANTOS, 2013).

A participação, igualmente, é uma reivindicação histórica de alguns movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, no que tange às políticas públicas e sociais locais e nacionais e, mais recentemente, no que tange às políticas internacionais. Assim, o “princípio participativo” é construído com o apoio de “atores tão diversos quanto o Banco Mundial, a OCDE, a União Europeia, as Nações Unidas e muitas organizações não governamentais e integrantes do Fórum Social Mundial”. (ROJO; MILANI; ARTURI, 2004; MILANI; KERAGHEL, 2005). Esta construção, apesar de apoiada por múltiplos atores, não é isenta de questionamentos críticos, sobre o que, de facto, significa e fundamenta a participação social nos diferentes contextos. (SANTOS, 2013, p.168).

Como já havíamos enfatizado mais acima a participação social firma-se na intervenção de forma ativa nas atividades de tomadas de decisões que beneficiem a sociedade em todos os níveis, pois “o futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa” (BORDENAVE, 1994, p. 23; 27). Neste sentido, para que haja uma firmação democrática em escala local, nacional, regional e mundial, existe essa necessidade de fazer os sujeitos sociais e organizações da sociedade civil participarem na construção de políticas públicas que levem às mudanças e à transformação social, conforme afirma Milani (2008).

Realçando a explanação de Milani (2008), coerentemente os termos social e participação estão associadas a sociedade civil para dar ênfase ao que chamamos de participação dos cidadãos, participação popular, participação democrática, participação comunitária, dentre outros. Pois é uma atividade prática de inclusão de cidadãos e organizações da sociedade civil, que serve também para reivindicações no que tange às políticas públicas, sociais, locais, nacionais, e também às políticas internacionais. Podemos dizer que existe um projeto participativo que aprofunda as relações entre o Estado e a sociedade, criando espaços públicos vinculados à participação social, cidadania, democracia e também ao crescimento de Organizações não-governamentais, conforme relata Dagnino (2004).

O crescimento acelerado e o novo papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais; a emergência do chamado Terceiro Setor e das Fundações Empresariais, com a forte ênfase numa filantropia redefinida (Fernandes,1994; Landim, 1993; Alvarez, 1999; Paoli, 2002; Salamon,1997); e a marginalização – a que alguns autores se referem como “criminalização” (Oliveira, 1997) – dos movimentos sociais, evidenciam esse movimento de redefinição. O resultado tem sido uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONGs,

onde o significado da expressão “sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de “Terceiro Setor”. Reforçada pelo que tem sido chamado de “onguização” dos movimentos sociais (Alvarez, 1999). Mas seria necessário aprofundar os significados locais específicos desse deslocamento, bem como apontar a heterogeneidade constitutiva do campo das ONGs (TEIXEIRA, 2000) que tendemos a ignorar. O papel das agências internacionais, por sua vez, tem sido abundantemente apontado na raiz desse deslocamento (DAGNINO, 2004, p.100).

De acordo com Lacerda, Ribeiro e Lyra (2020 *apud* Shamima Ahme, 2011) encontrar uma definição ou significação para as ONGs ou as ONGIs (Organizações Não Governamentais Internacionais) e para os seus exercícios ainda é uma questão problemática. ONG é definido como Organização Não Governamental que não foi criada por um estado, ou seja, é uma organização da sociedade civil que desempenha funções, papéis, projetos em função da colectividade ou sociedade. Pois elas, “são sem fins lucrativos, não podem ter uma função educacional tal como universidades, não podem ser partidos políticos, não podem ser baseadas na violência e questões de direitos humanos devem ser gerais (não restritas a uma comunidade, nacionalidade, grupo país)”, parafresendo Lacerda, Ribeiro e Lyra (2020. p.52).

As ONGs são ainda atores da sociedade civil que formam coalizações transnacional ou Internacionais para realizar ou solucionar os problemas globais. A ONGs, em realção aos estados, não possuem poderes (econômicos, de soberania, não têm fonte estatocêntricas), porém têm o poder e a capacidade de influenciar política pública e PI, exercendo democraticamente o seu de palpel de participação como agentes da sociedade civil, conforme explicam Lacerda, Ribeiro e Lyra (2020).

A dimensão fundamental da sociedade civil, está intimamente ligada à ideia de participação e à constituição de espaços públicos de representação/representatividade da sociedade civil. Assim sendo, a representação civil vem dar voz aos vários problemas que ficam infiltrados nas sociedades locais e também na comunidade internacional.

3.2 SOCIEDADE CIVIL E DIÁLOGOS DO SUL

O conceito de sociedade civil foi rearticulado por novas concepções do Sul Global e pela teoria política no século XX. A sociedade civil hoje é tida como um mecanismo de acesso para a tomada de decisões políticas. As Epistemologias do Sul estão incluídas na proposta de expansão da política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, ou seja, com vistas a ampliar as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul

Global, que desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio devido as Epistemologias do Norte, as quais se atribuem uma espécie de universalidade por possuírem a hegemonia dos padrões econômicos, sociais, culturais e políticos.

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (1995, 2014) diz que:

O conceito de Sul não aponta exclusivamente a uma geografia. É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão (Santos, 1995, 2014). Na dor e na luta, desigualmente distribuídas pelo mundo, cabem uma multiplicidade de conhecimentos invisibilizados e desperdiçados pela modernidade (SANTOS, ARAÚJO BAUMGARTEN, 2016, p.16).

É necessário, portanto, reconhecermos que existe uma variedade enorme de epistemologias, a Ocidente e a Oriente, a Norte e a Sul, a nível local, nacional, global, em que as diferenças são horizontais e não verticais (universal), de acordo com Santos, Araújo, Baumgarten (2016 *apud* Santos, 2014). Ou seja, os saberes do Sul foram invisibilizados pelos pensamentos modernos no Norte e é necessário fazer uma inclusão social demonstrando que existem outros saberes e experiências (sociais, políticas e económicas) para além do Norte.

Digamos que até a década de 1980 havia uma visão universal de se pensar a sociedade civil, e a produção teórica sobre o conceito de sociedade civil permanecia situada no eixo científico do Norte, conforme sinalizam Losekam e Ballestrim (2013). De acordo com essas autoras, a ideia da noção de sociedade civil é alinhada a democratização ou melhor a redemocratização, relacionada diretamente com as questões de ocupação de espaços públicos, a cidadania, a deliberação e participação política popular. Foi a partir dos anos 1980, que as grandes pesquisas nos mostraram que a teoria\conhecimento neste campo se conservou geopoliticamente por muito tempo conectada aos saberes de referências do Norte, fundamentadas por um juízo de superioridade teórica global.

Observou-se que as posturas das sociedades civis do Norte, especificamente dos países Europeus e Norte-Americanos, estabeleceram uma espécie de imposição aos das sociedades civis dos países do Sul global, para delimitar as concepções de sociedade civil. Ou seja, existia uma concepção universal do conceito de sociedade civil, e essa concepção remetia a uma sociedade civil que não influencia nas tomadas de decisões, nas políticas públicas e assuntos coletivos. O conceito de sociedade civil do Norte reproduz um modelo de pensamentos que subalternizam as experiências sociais e vivências pelos países do Sul, de acordo com Losekam e Ballestrim (2013).

A partir de século XX, com a redemocratização dos países latino-americanos, novas articulações do conceito de sociedade civil desafiam as teorias tradicionais\nortenas, trazendo ideias inovadoras de que a sociedade é um espaço heterogêneo e que necessita da participação popular nas tomadas de decisão. Nesse contexto, a sociedade civil estreitaria seus vínculos com a democracia, com o “reconhecimento de novas questões culturais e identitárias muito próprias da região reivindicadas pela ação coletiva” (LOSEKAM e BALLESTRIM, 2013, p.195). Com o reconhecimento de uma sociedade civil plural o conceito ganha uma nova gramática que reconhece as questões culturais, identitárias de seus lugares próprios, assim redefinindo os conceitos de conhecimento teórico provenientes do Norte.

Portanto, como os atores da sociedade civil não buscam o poder do Estado nem desejam substituir as funções de produção do mercado, tornam-se menos suscetíveis aos valores norteadores de ambos e mais propícios para o surgimento de valores independentes e, em certos casos, até antagônicos aos da lógica do poder e do dinheiro (Avritzer e Costa 2004, 710). Nesse sentido, a forma de atuação da sociedade civil deve ser sempre autônoma e buscar a influência por meio da participação em associações e em movimentos e por meio da mídia (LOSEKAM e BALLESTRIM, 2013, p.192).

Assim sendo, hoje as definições ou concepções de sociedade civil já são sustentadas pelas experiências das sociedades civis dos países latino americanos, africanos e do leste asiático e assim fomentam um entendimento sobre a sociedade civil de forma mais plural.

A sociedade civil moderna tem suas próprias bandeiras, muitas, em contraposição a grupos culturais específicos (Khilnani e Kaviraj 2001). Nesse sentido, se não quisermos que alguns grupos culturais fiquem excluídos, precisamos avaliar não apenas se os formatos de mobilização da moderna sociedade civil (em associações e ONGs) estão representando grupos culturais “tradicionais”, mas também precisamos, naquilo que entendemos por sociedade civil, formas de organização diferentes dos formatos modernos (LOSEKAM e BALLESTRIM, 2013, p. 202).

Desta feita, podemos observar as diferentes articulações que sustentavam os pressupostos da sociedade civil antes da década de 1980, cuja rearticulação fez reconhecer a sua pluralidade social. Por isso entendemos que, para o sustento da democracia, faz-se necessária uma sociedade civil participativa nas esferas sociais e políticas, para que possam ser defendidos os interesses plurais dos diferentes grupos sociais – sejam elas as questões econômicas, de gênero, ambientais, etc. – de forma democrática e participativa. Isso mostra um deslocamento geopolítico do conhecimento acerca da sociedade civil.

3.3 EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

No início da sua democratização o Brasil foi estimado como um país de baixa inclinação ao associativismo ou a fenômenos ligados as diretrizes de uma organização social política. A colonização elenca consigo a formação de uma vida política de participação pública de uma frágil e ampliadora desigualdade social gerada pelo privado. Isso seria uma relação de desigualdade construída pelo privado na qual determinam a sociabilidade, gerando assim uma baixa propensão de associativismo no início da democratização do País, conforme ressaltou Avritzer (2008).

Nos meados dos anos 1970, originou-se de forma autônoma e democrática uma sociedade civil que se opôs à vários fenômenos, registrando-se um aumento entre os anos de 1979/1980 de associações comunitárias civis que defendiam autonomia organizacional em relação ao Estado.

A década de 1990, por sua vez, foi caracterizada como um momento de revitalização da sociedade civil e de democratização do Estado, registrando-se nessa década o fortalecimento do movimento de cidadãos capacitados para participar democraticamente na sociedade. De acordo com Santos (2013, p. 175) houve “o surgimento, neste período, de inúmeras organizações da sociedade civil (associações, sindicatos de empresas etc.) que passaram a se envolver na formulação de políticas públicas” (SANTOS, 2013, p.175).

O aumento da atuação da sociedade civil, ocorre então com a redemocratização do Brasil, no final da década de 1980 e início da década de 1990, e assim as organizações da sociedade civil brasileira atuam na perspectiva do desenvolvimento, com destaque em quatro áreas específicas: saúde, questões urbanas e sociais, e meio ambiente. Com a redemocratização no Brasil houve uma ampliação dos movimentos sociais e organizações em proporções e formatos não visto antes no país. Estabeleceu-se uma maior participação política e social ao nível local, com experiências fortemente ligadas as prefeituras e gestões governamentais vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT).

De acordo com Losekann (2012), com o governo do presidente Lula, eleito em 2002, observou-se uma ampliação dos espaços de participação da sociedade civil ao nível nacional em decorrência da efetivação e influência da sociedade civil nas demandas nesse período. O governo abriu novos canais de articulação entre a sociedade civil na área ambiental, como por exemplo na Conferência Nacional de Meio Ambiente, estabeleceu espaços construtivos atendendo as demandas principais das organizações ambientais, e o Ministério do Meio

Ambiente recrutou os ambientalistas da sociedade civil para participar nas demandas vigentes naquele momento.

Entre os anos 2003 e 2008 a participação de organizações ambientalista brasileiras indicavam a sua capacidade de influenciar na política ambiental e nas demais decisões sobre os efeitos da democratização. O Brasil, nessa época, mostrou uma sociedade civil muito ligada a política e ao Estado. O Ministério do Meio Ambiente conseguiu cumprir com a sua política e alargou os debates sobre o meio ambiente para a sociedade, legitimando suas ações juntamente com a sociedade civil. Vale registrar, de acordo com Losekann (2012, citando OLIVEIRA, 2008; ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007), que no Brasil existe uma grande rede de organizações não governamentais que atuam em prol do meio Ambiente.

3.4 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ENQUANTO ATORES TRANSNACIONAIS: A IDEIA DE UMA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

O sistema internacional é construído por diversos agentes e instituições de naturezas e funções diferentes que estão sempre em disputas pelo fato de que a ideia da governança global não emite os reais resultados esperados. Porém esses mesmo também visam cooperar para o desenvolvimento e o bem-estar de toda comunidade internacional. Para além dos Estados, o sistema internacional é composto por diversos atores não-estatais, tais como: organizações não-governamentais (ONGs), empresas transnacionais, e movimentos sociais transnacionais. Estes atores se configuram em redes de disputas e solidariedades que giram em torno de temáticas e causas diversas, dentre as quais o meio ambiente.

As ONGs, na percepção de Santos (2005) mencionando Tenório (1999), são atores não-estatais e não-econômicos, de direito privado e fins públicos. Atuam de forma solidária e conjunta com comunidades e pessoas dentro e para além das fronteiras, ofertando, muitas vezes, uma ampla gama de serviços humanitários. Atuam também na perspectiva da promoção da participação social e política dos cidadãos, sendo, muitas vezes, atores – beneficiários ou doadores, da cooperação internacional de desenvolvimento.

De acordo com as pesquisas do Ipea (2014), a origem das ONGs parte dos movimentos religiosos, como a Ordem Rosa Cruz – fundada em 1960; a sociedade de abolição da escravidão – que teve início no século XVIII, no ano (1823); o movimento internacional da Cruz Vermelha – de perfil laico, fundado em 1863; a Caritas – fundada na Alemanha em 1887, que se tornou Caritas internacional em 1950; a Save the Children, fundada em 1919 após a primeira guerra; dentre outras. Do ponto de vista da legitimação internacional, a carta das Nações Unidas de

1945, referente a ajuda humanitária, contribuiu para realçar a importância das ONGs nas relações internacionais.

Como já adiantado anteriormente, o movimento popular no Brasil possibilitou criar atores de demandas coletivas, abrindo caminhos para novos lugares de atuação da sociedade civil e mostrando a sua importância para a vida social no início do milênio. Deste modo, de acordo com Gohn (2010), entre os anos 1970-1980, as ONGs brasileira eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, que lutavam contra os regimes militares e pela democratização do país, ajudando a construir campos democráticos populares.

Os atores não estatais (as ONGs, os movimentos sociais, as empresas transnacionais, entre outros) estão cada vez mais dentro das questões que eram apenas monopolizadas pelos Estados. Começaram o seu protagonismo entre as décadas de 1960-70, porém ganharam mais destaque no cenário internacional a partir de 1980-1990, sobretudo através das conferências internacionais. A globalização, por sua vez, proporcionou as ONGs ganhar mais protagonismo na opinião pública mundial, e assim, a partir dos anos 1980, as ONGs começaram a participar ativamente na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), atuando como parceiras e agentes de estratégias multilaterais para o desenvolvimento. Desta feita, as ONGs permitiram a aquisição de maiores espaços no mecanismo de governança multilateral, como se entende abaixo:

Na década de 1990, sua visibilidade multiplicou-se como resultado de sua presença ativa na Cúpula da Terra do Rio (1992) e de seu papel na definição de uma agenda social da globalização, forjada nas conferências internacionais das Nações Unidas em Viena (1993), Pequim (1995), Quioto (1997) e Nova Iorque (2000), cujo resultado mais visível foi a proclamação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Sua capacidade de mobilização ficou evidente nos protestos da Cúpula de Seattle da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999, quando demonstraram sua capacidade de articulação, multiplicada pelo uso das novas tecnologias da informação e da comunicação (IPEA, 2014, p.146).

Ainda mencionando o Ipea (2014), a ONU na sua resolução número 31, de 25 de junho de 1996, reconhece as ONGs como qualquer conjunto de cidadãos voluntários que têm interesses comuns em solucionar um determinado problema social, seja ele no âmbito nacional ou internacional sem fins lucrativos. O Ipea (2014) destacou ainda que nas abordagens que se referem às ONGs, podemos distinguir pelo menos quatro gerações e modelos que se diferenciam.

A primeira geração de ONGs de desenvolvimento surgiu nos anos 1940 e 1950 do século XX e é caracterizada por uma abordagem de ajuda e prestação de serviços específicos aos que sofrem de privação física e moral, tentando satisfazer as necessidades materiais das populações

do mundo em desenvolvimento no curto prazo. Sua atuação costuma explorar as imagens de crianças, enfatizando a compaixão e a caridade para angariação de fundos. O slogan que a sintetiza é “dar o peixe para que eles possam comer”.

A segunda geração de ONGs, surgida na década de 1960, trazia abordagens de desenvolvimento autônomo. Procurava promover o desenvolvimento comunitário, e eram influenciadas pela doutrina social da igreja e pelo keynesianismo.

As ONGs da terceira geração surgiram nos anos 1970, no contexto do debate sobre a Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e assim preconizaram as críticas sobre ou de consciência social, fundamentando as concepções nas teorias da dependência e no pensamento de autores como Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido. Promovem o fortalecimento da participação política e da cooperação entre as sociedades para que os beneficiários fossem sujeitos do seu desenvolvimento. O slogan que sintetiza sua ação seria “por que alguns têm varas e podem pescar e outros não, mas também, que causas e quem os impedem de chegar até o rio e quem levou os peixes?”.

As ONGs de quarta geração situam-se nos anos 1980 e 1990 e têm como característica fundamental sua ação por meio de pressão e incidência política. Através de denúncia buscam empoderar os grupos marginalizados que sofrem com a interdependência, condição provocada pela globalização. Defendem uma ação concertada das ONGs do Norte e do Sul em coalizões, redes e campanhas transnacionais. O slogan que caracteriza este tipo de ONG é “reivindicar direitos de acesso aos peixes para todos e organizar-se social e politicamente para isso”.

De acordo com Gohn (2010) os campos temáticos de atuação do universo das ONGS se dividem em:

- Direitos de Terceira Geração: gênero, meio ambiente (físico, vegetal e animal); direitos humanos, etnias, sexo; direitos de cidadania, em suma.
- Áreas Sociais básicas: direitos sociais ou de primeira geração, saúde, educação, moradia, alimentação.
- Grupos Sociais clássicos no atendimento da assistência social: crianças, jovens/adolescentes, idosos.
- Área da cultura: clássica (música, dança, literatura, pintura, escultura, teatro e comunicações); diversidades culturais, defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico dos povos.
- Grupos Vulneráveis e causas sociais: pobreza socioeconômica.

E assim as ONGs constituem princípios e práticas com valor da solidariedade internacional para a CID, sem os quais as políticas de cooperação teriam sido governadas exclusivamente por motivações geopolíticas, estratégicas e econômicas (conforme IPEA, 2014 citando SANAHUJA, 1999). Atualmente as ONGs são agentes consolidados, representando, por vezes, a expressão e valores dos cidadãos e contribuindo para a consolidação da sociedade civil nos países do Sul. Muitas destas são atores que protestam e criticam, porém propõem paradigmas alternativos de desenvolvimento. Elas constituem assim uma poderosa força política com capacidade de fazer pressão aos outros atores do sistema internacional sobre a percepção da opinião pública.

É cada vez mais comum que as ONGs coloquem à disposição dos outros agentes suas análises, seus diagnósticos e suas propostas de ação com base em suas capacidades técnicas e de maior conhecimento dos ambientes locais, assim como dos setores sociais mais vulneráveis. Existe nas ONGs uma tendência para a especialização funcional em torno de grandes campos temáticos (direitos humanos, saúde, políticas públicas, gênero, comércio justo, ajuda humanitária etc.). Porém, é possível encontrar ONGs multissetoriais e outras que abordam os problemas do desenvolvimento pelo viés da pressão política, advocacy e incidência frente aos governos, às corporações multinacionais e às instituições multilaterais, por entender que a sensibilização da opinião pública e a mobilização social podem gerar mais impacto sobre o desenvolvimento e a luta contra a pobreza que ações de caráter assistencial. Finalmente, existem ONGs que integram as funções de prestadoras de serviços sociais básicos e de denúncia política (IPEA, 2010, p.146)

De acordo com Silva (2012), falar desses atores nos mostra que há uma promoção das demandas por uma governança mais inclusiva e democrática. Logo, seria reafirmar que as questões ambientais perpassam as fronteiras do Estado nacional e que todos os atores do sistema internacional importam.

A influência das ONGs no cenário internacional recai basicamente em três fatores: o teor da própria área de atuação, as táticas de ação e em que fóruns elas a exercem. As ONGs ambientalistas tendem a agir tradicionalmente no processo de geração de reivindicações e no agendamento das mesmas (promoção de definições diferenciadas de determinados problemas ou valores ignorados pelos governos), assim como procuram atuar mais nas deliberações e implementação das decisões, tanto como executoras quanto como controladoras. (SILVA, 2012, p.37). As ONGs transnacionais, nessa perspectiva, têm se dedicado a romper com as barreiras fronteiriças e ostentado um lugar de destaque na política ambiental, atuando na promoção da preservação ambiental com a consumação de estratégias que recaem para o desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos que as lutas das ONGs transnacionais são realizadas em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, de composição social híbrida, lutas que são articuladas pela globalização e muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. No entanto, apesar do reconhecimento da sua importância no cenário local e global, as ONGS não são atores homogêneos e destituídos de contradições e controvérsias.

As ONGs transnacionais também aumentam e causam novas preocupações que estão adentro das questões sobre a equidade e justiça que caracterizavam movimentos socialistas no passado (povos indígenas), e que estão diretamente vinculados a natureza, ou seja, aos problemas ambientais, conforme abordaremos melhor no próximo capítulo.

4 CAPÍTULO IV - A INFLUÊNCIA DAS GRANDES ONGs TRANSNACIONAIS DO NORTE SOBRE SOCIEDADES DO SUL: UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO GREENPEACE NA AMAZÔNIA

Neste capítulo analisaremos o ativismo das ONGs Transnacionais do Norte, examinaremos as relações entre política, estética e ativismo ambiental e lançaremos um olhar crítico ao ativismo destas organizações não governamentais. Ao final, apresentaremos o Greenpeace e analisaremos a atuação desta organização no mundo, de um modo geral, e em específico na Amazônia.

4.1 ONGS TRANSNACIONAIS: RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E ATIVISMO AMBIENTAL

Zhourri (2001) aponta que as ONGs transnacionais são vistas por parte da sociedade brasileira como atores que agem por interesses econômicos dos países desenvolvidos. Segundo Gomes (2018), o sujeito político democrático não deve ser entendido como um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade, mas sim como o executante da democracia que junta as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, sem dividir classes sendo o estimulador da igualdade.

Na década de 1980, com a influência das idéias neoliberais, ocorreram reformas na administração pública, com os programas de ajustes estruturais, a emergência de processos de democratização em diversos países e o fortalecimento de organizações locais, que adquiriram uma mudança no fluxo da ajuda internacional. Na ocasião, começou a ocorrer um redirecionamento de boa parte dos financiamentos nortenhos (países do Norte), principalmente para países africanos, do Leste Europeu, Latinos e Asiáticos. Ou seja, os financiadores internacionais criaram o que Mendonça *et al.* (2009) chamou de uma “nova agenda política”, com relevo na eficiência da alocação de recursos e nas parcerias com a sociedade civil, particularmente as ONGs transnacionais. Observou-se aumento dos financiamentos internacionais para as grandes ONGIs por parte de organizações multilaterais e agências de cooperação internacional, em parte motivadas por movimentos geopolíticos internacionais que buscavam proteger a ideologia capitalista americana e europeias, ou seja, do Norte, de acordo com argumento de Mendonça *et al.* (2009).

Nessa perspectiva, segundo Diegues (2008), as ONGIs do Norte atuam como sendo representantes da sociedade civil internacional, sendo diversas as ONGIs do Norte que

receberam financiamentos de órgãos multilaterais, fundações (corporações), assistências do Banco Mundial e outros órgãos técnicos e financeiros oriundos de países nortes americanos e europeus, sendo, por isso, e acabam sendo vistas como mais capacitadas em relação as ONGs do Sul, o que seria um equívoco.

Isso porque, a parceria das ONGs transnacionais com o Banco Mundial, as fundações norte-americanas e finalmente das grandes corporações multinacionais, têm um caráter de organização conservacionista de um modelo comum, ou seja, conservacionismo global e supranacional e muitos dos seus projetos comuns não são apropriados para alguns países que essas ONGs atuam. Nesta ótica as teorias e práticas conservacionistas dessas ONGs, muitas das vezes são inadequadas às condições ecológicas e culturais dos países do Sul, que acabam pagando um elevado preço social. Existem atualmente grandes conflitos gerados pelo estabelecimento de projetos em áreas protegidas sem moradores, o que causa desorganização do modo de vida das populações tradicionais e locais, situação que tem provocando suspeitas sobre os verdadeiros interesses dessas ONGs, de acordo com Diegues (2008).

Explicando melhor, as questões ambientais não devem se ater somente aos assuntos ecológicos, mas também aos sociais, culturais e de geopolítica. Nessa perspectiva, alguns projetos que são implementados pelas ONGs transnacionais são vistos como impróprios para os países do Sul, como no caso da implementação de grandes áreas protegidas. No Projeto de “Áreas protegidas”⁸ ocorrem casos em que os territórios já eram habitados pelas populações tradicionais ou indígenas – o que incluem os “caboclos, seringueiros, caiçaras” entre outros – que as tem como o seu habitat. Situações como esta têm causado graves conflitos e injustiças sociais quando as comunidades não podem mais viver nesses territórios, porque são vistas como inimigas da natureza.

Um tipo de política conservacionista que resultou, segundo a ONU,

[...] na expulsão de cerca de 5 a 10 milhões de pessoas, sobretudo de grupos tradicionais, chamados por Marc Dowie (2005) de “refugiados da conservação”. Um número ainda maior de grupos tradicionais sofreram grandes restrições em seu modo de vida tradicional (baseado no extrativismo, pequena agricultura, pesca), e muitos deles saíram de seus territórios tradicionais sem qualquer tipo de indenização para ir morar em condições sub-humanas nas periferias pobres das cidades africanas, latino-americanas e asiáticas, aumentando o número das vítimas da globalização conservacionista ou como do “eco-colonialismo” (DIEGUES, 2008 *apud* GUHA, 2000, p.13).

⁸ “As áreas protegidas são locais delimitados e geridos que se destinam à preservação de um conjunto representativo dos principais ecossistemas ou regiões naturais de um território e de áreas ou elementos naturais de singular valor científico, cultural, educativo, estético, paisagístico ou recreativo. As tipologias de Áreas Protegidas são Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida, Monumento Natural e Área Protegida Privada”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81rea_protegida. Data de acesso: 20/03/2021

Esses grupos tradicionais, que viviam em áreas consideradas pelas grandes ONGs transnacionais do Norte, com de alta biodiversidade, têm um grande conhecimento da diversidade biológica, o que os torna aliados importantes da conservação e não seus inimigos, pois seus modos de vida, de conhecimentos e práticas culturais, contribuíram e contribuem para a manutenção da biodiversidade. Neste sentido, o que tentamos mostrar aqui são os problemas de um modelo de proteção da natureza selvagem e intocada, quando este esquece das dimensões culturais e políticas, havendo, deste modo, a necessidade de se incorporar as ciências sociais e os saberes tradicionais na definição das políticas conservacionistas, conforme apontou Diegues (2008).

Ainda sobre os olhares de Diegues (2008), na causa ambientalista é necessário estreitar os laços com as relações entre sociedades e natureza(s), posicionamento essencial para solucionar os problemas ambientais. Existe a necessidade de estreitar os laços e valorizar os saberes tradicionais, isso implica aceitar as diversidades culturais dessas coletividades chamadas “tradicionais” (povos indígenas, caboclos, ribeirinhos) e adotar a ideia de que os recursos naturais devem ser usados cautelosamente tendo-se em vista o bem-estar das gerações futuras.

Nessa perspectiva, as grandes ONGs transnacionais estariam contribuindo para a estruturação de novos modelos e práticas de conservação aptos às condições ecológicas e culturais dessas sociedades, pois o reconhecimento da importância do conhecimento tradicional complementa a ideia de uma participação democrática efetiva dos povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que estes fazem parte da sociedade e devem participar na gestão ambiental e da biodiversidade, das suas sociedades que seriam os países do Sul (Diegues, 2009).

O que ilustramos acima indica que as algumas ONGs transnacionais têm alianças com corporações transnacionais diretas, que conduzem ou mesmo obriga-as a seguir práticas prejudiciais ao meio ambiente e à sociedade. A ideia de parcerias ou corporativismos leva a novos desafios para as sociedades do Sul de um modo geral, e para as ONGs do Sul, particularmente, reagindo contrariamente a algumas ações das ONGs transnacionais que seriam consideradas atitudes paternalistas e condescendentes. Em outras palavras, algumas ONGs transnacionais têm a necessidade de angariar recursos, para que possam atuar de forma mais organizada o que também ajuda na execução de suas atividades, de modo geral. Contudo consumam parcerias com agências bilaterais e multinacionais, que podem revelar projeções partenaristas e subjacentes. O seja, as soluções para os problemas ambientais do Sul podem

acabar sendo inadequadas, atuando por vezes fora dos interesses nacionais e traçando projetos descabidos a serem implementadas no Sul, consoante Ottaway (2001)

Importa refletir que as ONGIs do Norte não devem lutar excluindo as ONGs do Sul, muitos menos excluindo a relação das comunidades tradicionais com a natureza, porém os corporativismos globais por vezes não representam "nós, os povos", eles agem de forma seletiva partindo dos interesses que representam. Há ONGIs que falam em nome de povos indígenas que seriam deslocados, mas também existem ONGIs que falam em nome de agricultores cujas safras aumentaria (pensando apenas no sector económico), segundo Ottaway (2001).

Segundo Mendonça (2009) *apud* Milani (2005) existem críticas que devemos fazer no que tange a agenda das propostas de agências e ONGs de ajuda internacional (Mendonça (2009, *apud* Milani, 2005 p,19):

- Visão ingênua e simplificada da comunidade, que revela um baixo conhecimento das complexas redes relações políticas, sociais e institucionais de cada local e seus nós.
- Valorização e integração a crítica de saberes tradicionais. Algumas formulações nutrem a expectativa de que saberes locais possam transformar o *modus operandi* das burocracias desconsiderando as micro-relações de poder locais que as constroem.
- A linguagem do *empowerment* pode mascarar preocupações estritamente administrativas relacionadas com eficiência administrativa.
- Armadilha do localismo, ao buscar resolver problemas locais desconsiderando suas conexões com níveis regionais, nacionais e internacionais.

Portanto, apesar de algumas ONGs transnacionais ocuparem e desempenharem atividades importantes e significativas para uma melhor gestão coletiva ambiental nos países do Sul, elas também criam preocupações ao nível local desses países por colocarem desordem ao nível nacional envolvendo algumas comunidades tradicionais. Isso nos remete, a princípio, às ONGs transnacionais que recebem financiamentos das multinacionais e do Banco Mundial e acabam agindo pelos seus próprios interesses.

4.2 GREENPEACE: HISTÓRIA E ATUAÇÃO NO MUNDO

Greenpeace é a uma ONG de militância global que envolve indivíduos e ativistas que visam fazer a diferença pelo planeta tornando e mantendo-o mais verde - “na sua tese” - de forma pacífica. Constitui a maior organização ambientalista do mundo. (Greenpeace Brasil, 2019).

O Greenpeace⁹, segundo as informações disponíveis no seu site, é uma ONG internacional que surgiu em 1971 na cidade de Vancouver, no Canadá. A sua composição inicial consistiu em um grupo de 12 ativistas (jornalistas, hippies e ecologistas) que acreditavam que com as suas intervenções comuns poderiam fazer a diferença para solucionar os problemas ambientais. A sua primeira atuação foi a tentativa de impedir os testes nucleares realizados pelos EUA nas ilhas Amchitka, no Alasca. Os membros do Greenpeace partiram a bordo de um velho barco de pesca rumo ao Ártico, mas não conseguiram impedir os Estados Unidos de detonarem a bomba. No entanto, com a ajuda da pressão popular, conseguiram fazer com que os testes nucleares fossem suspensos em Amchitka. A sua atuação com protestos pacifistas de resistência e audácia despertou a atenção do mundo. E assim, o plano desses ativistas em fazer a diferença por um “planeta mais verde e pacífico se tornou realidade e arrebatou uma legião de seguidores. Foi também o embrião do que é hoje a maior organização ambientalista do mundo”. (Greenpeace, 2019).

O nome da ONG nasce na circunstância que esses ativistas tiveram para conseguir dinheiro com o intuito de bancar essa viagem, vendendo broches com as palavras *Green* e *Peace*. A palavra *green* (que significa verde) e *peace* (que significa paz) eram as palavras de ordem do grupo, que constituiu o, hoje conhecido, Greenpeace. Atualmente o Greenpeace está presente em mais de 55 países – dentre os quais a África do Sul, a Argentina, a Austrália, o Brasil, o Canadá, o Chile, a Nova Zelândia, os EUA, o México, a Índia, o Japão, a Grécia, a Itália, as Filipinas, a Polónia, a Espanha, a França, e outros – desenvolvendo campanhas globais e reafirmando o seu compromisso na defesa dos direitos ambientais e pela vida.

Para esta ONG, falar de meio ambiente e crise climática é discutir acerca de igualdade e justiça, pois são os mais vulneráveis que sofrem com as piores consequências do atual sistema econômico e político que privilegia apenas uma minoria que seria a classe dominante ou a que lucra com o capitalismo. Nesta perspectiva, o Greenpeace defende que se não houver uma alteração no sistema “baseado no tratamento justo e igualitário, e respeito democrático, com

⁹ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/nossa-historia/>

proteção da liberdade e dos direitos individuais e coletivos, não haverá equilíbrio no meio ambiente que garanta nossa saúde e nossas vidas”. (GREENPEACE BRASIL, 2020).

De acordo com o que está posto pela organização no seu site, a missão que o Greenpeace defende está alicerçada nos seguintes aspectos:

- ✓ proteger a biodiversidade em todas as suas formas;
- ✓ prevenir a poluição do ar, das águas e da terra;
- ✓ acabar com a ameaça nuclear e enfrentar as mudanças climáticas;
- ✓ promover a paz, o desarmamento global e a não-violência.

Os valores indicados no site da Greenpeace como fundamentais são:

- Responsabilidade pessoal e não-violência. Segundo a organização eles agem sob a responsabilidade e são comprometidos com a paz.
- Independência. Essa organização tem como princípio não aceitar dinheiro de governos, empresas ou partidos políticos, recebem contribuições individuais, juntamente com doações de fundações, são a única fonte de seu financiamento.
- De acordo com a sua estruturação, devem atuar em conjunto com governos e empresas para que possam atingir seus objetivos, por isso, não possuem amigos ou inimigos permanentes.
- A ONG deve promover soluções, desenvolvendo, investigando e promovendo medidas concretas para um futuro verde e pacífico para todos.

Um dos pontos fortes da atuação do Greenpeace se refere à realização de grandes campanhas. Segundo as informações do seu site, nos últimos três anos o Greenpeace realizou algumas campanhas importantes. Em 2018 realizou em Amsterdã a campanha intitulada “Iamsterdam” (Eu sou Amsterdã), que visava a promoção e solidariedade para com as florestas e a necessidade de protegê-las e assim manter o equilíbrio do clima. Neste mesmo ano, também houve a campanha de biodiversidade do Greenpeace Holanda. Em 2019 foi realizada na Itália a campanha intitulada “Por menos lixo plástico no mundo”, campanha que tinha em vista denunciar a poluição que vem afetando os oceanos.

No ano 2020, por sua vez, o foco foram as queimadas que aconteceram na Amazônia. Sobre esta, o Greenpeace fez uma expedição durante o período crítico dessas queimadas, para documentar e denunciar a ineficiência do governo brasileiro na proteção ambiental. Também

foi feita uma doação pontual de cestas-básicas e recursos para combate a incêndios, e auxílio aos povos quilombolas e indígenas nas regiões afetadas. (GREENPEACE, 2020).

Nas campanhas que realiza pelo mundo o Greenpeace sustenta um discurso de atuação com base na não violência, na criatividade e no ativismo. A organização realiza denúncias das ameaças ao meio ambiente, pressionando as grandes empresas e governos a adotarem soluções para um futuro mais verde e pacífico, ou seja, trabalha em busca de alternativas que possam construir caminhos economicamente e socialmente justos e sustentáveis. (GREENPEACE, 2018).

De acordo com Gomes (2018), o Greenpeace conta com o apoio de mais de 4 milhões de colaboradores (pessoas físicas que contribuem com dinheiro para a organização), mais de 18 mil voluntários (que realizam trabalhos na esfera pública), e mais de 2 mil funcionários nos escritórios da organização pelo mundo.

4.3 O GREENPEACE NO BRASIL E A SUA ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA

O Greenpeace chegou ao Brasil em 1992, ano de realização da Eco-92. Desde então, vem realizando campanhas, projetos e denúncias que tratam da situação ambiental e climática em todo o país, sendo que concentra a maioria de suas ações mais precisamente na Amazônia.

O Greenpeace vem desenvolvendo no Brasil campanhas voltadas para as seguintes temáticas: Biodiversidade, Florestas, Oceanos, Agricultura, Cidades, Clima, Energia, e resistência em prol do meio ambiente. As campanhas sobre as referenciadas temáticas têm as seguintes denominações:

- ❖ Parem a destruição ambiental!
- ❖ Sem Floresta Sem Vida: Segure a Linha do Desmatamento.
- ❖ Todos pela Amazônia
- ❖ Proteja os oceanos
- ❖ Salve as abelhas
- ❖ Ações como o Dia Mundial Sem Carro e o Dia Mundial da Limpeza
- ❖ A campanha “Emergência climática”

De acordo com o próprio Greenpeace, a sua atuação no Brasil inclui apoiar e incentivar a população brasileira a denunciar medidas do governo que violam os direitos humanos, sobretudo do povo indígena. As suas campanhas e projetos são traçados para pensar no equilíbrio do ecossistema, erradicação da poluição das águas, degradação dos solos e

diminuição da biodiversidade, por isso, seu papel parece importante para preservar o ecossistema.

De acordo com o site do Greenpeace Brasil foram desenvolvidos pela organização no país diferentes projetos, dentre os quais se destaca o “Projeto Escola”, fruto dos trabalhos voluntários, e que consiste na realização de palestras em escolas, feiras, empresas, universidades e outros locais, atendendo a públicos que vão desde crianças a idosos. Este projeto tem como objetivo “debater assuntos socioambientais e explicar as principais campanhas da Organização, levando conhecimento e mostrando a importância do meio ambiente para a vida na Terra” (GREENPEACE BRASIL, 2019). O Projeto Escola ensina as novas gerações a importância de terem como base o compromisso e de um mundo mais sustentável e um lugar melhor para se viver.

No ano de 2019 foram realizadas pelo Greenpeace mais 151 palestras para mais de 9.800 pessoas de diversos estados brasileiros, e foram discutidos assuntos como: sustentabilidade, proteção dos oceanos, poluição de plásticos, mudanças climáticas, Amazônia, energias renováveis, entre outros.

Greenpeace no Brasil também vem realizando campanhas e produções cinematográficas (filmes documentários) que denunciam e preconizam a responsabilidade do Brasil como um grande emissor de gases de efeito estufa. Nestas obras, informam a necessidade e o dever de o governo brasileiro combater o desmatamento de forma inexorável, assim como “promover as energias limpas e os programas de economia de energia” (GREENPEACE, 2018).

Segundo o site do Greenpeace são os seguintes os projetos da organização na Amazônia:

- ❖ Desmatamento zero: um projeto que tinha em vista zerar o desmatamento na Amazônia até 2020. Projeto que, infelizmente, não foi concluído devido a saga de queimadas na Amazônia. Se este projeto for concluído contribuirá na diminuição do ritmo acelerado em que está o aquecimento global.
- ❖ Áreas protegidas: Visa proteger uma parte do bioma de forma legal. Para tal é necessária a implementação de leis por parte do governo.
- ❖ Regularização fundiária: Este projeto implica o mapeamento das propriedades privadas, com vistas a possibilitar o monitoramento de novos desmatamentos e a responsabilização de toda a cadeia produtiva pelos crimes ambientais ocorridos.
- ❖ E atualmente tem o Projeto Asas da Emergência: que viabiliza auxílio emergencial para população indígena. Fruto do esforço coletivo de diversas organizações, pretende-se diminuir os impactos da propagação da Covid-19 nos povos indígenas da Amazônia brasileira.

4.3.1 O Greenpeace e o enfrentamento dos problemas ambientais na Amazônia

Um dos marcos da atuação do Greenpeace na Amazônia, a campanha “Todos pela Amazônia”, que se refere a resistência pela conservação da Amazônia com o apoio do mundo, nasceu quando a Amazônia se encontrava em uma situação preocupante, entre agosto de 2019 e julho de 2020, ocasião na qual foram desmatados 11.088 km², uma área equivalente a 1,5 milhão de campos de futebol. A campanha tem prosseguimento ainda em 2021, com ações de monitoramento e denúncia de crimes ambientais contra a Amazônia, de acordo com informação disponível no site da Greenpeace Brasil (2021).

De acordo com os jornais nacionais do Brasil (O Globo, G1) e próprio site da Greenpeace Brasil, o Governo Bolsonaro intenciona controlar as ações de ONGs na Amazônia, revelando que entre as metas do Conselho da Amazônia está a “obter o controle de 100% das ONGs que atuam na Região Amazônica, até 2022, a fim de autorizar somente aquelas que atendam os interesses nacionais”(GREENPEACE BRASIL, 2020).

O Greenpeace afirma que estamos diante de indícios de que o atual governo brasileiro não compactua com princípios básicos de uma democracia e da participação social. Diz que o governo expressa há tempos o desejo de reprimir o trabalho das “organizações da sociedade civil, e vem colocando seu plano em prática com a extinção ou descaracterização de conselhos e comitês, processando e perseguindo ambientalistas e defensores da liberdade de atuação e expressão” (GREENPEACE BRASIL, 2020). Salienta que nos quesitos de um país democrático é função do Governo defender a participação da sociedade civil organizada nas decisões que impactam a população. De acordo com o Greenpeace Brasil (2020), “Um governo que preza pela democracia acolhe a voz que vem das ruas, encoraja uma participação popular vibrante e defende a pluralidade e diversidade de ideias”. (GREENPEACE BRASIL, 2020).

O atual Governo brasileiro, vem sofrendo várias críticas ao nível nacional e internacional, por mudar a política ambiental do Brasil e por ter quebrado alguns acordos internacionais que visavam preservar o meio ambiente, particularmente a Amazônia, revelando atitudes que demonstram a negligência com terras que seriam as áreas protegidas e o descaso com a situação dos indígenas.

O Presidente nos comparou a animais no zoológico presos em jaula ao se referir a nossa vida dentro dos nossos territórios tradicionais. Ele faz afirmações absurdas sobre nosso modo de vida e sobre nossos desejos enquanto cidadãs brasileiras. Sim, somos brasileiras! Somos indígenas! Sabemos o que queremos e exigimos o direito de sermos consultadas pelo Estado para elaboração e implementação de políticas

públicas! (CASTRO, 2020, *apud* CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS, 2019, p.84).

Releva-se afirmar que o Greenpeace faz parte de um grupo de 140 ONGs nacionais e transnacionais que já assinaram uma carta de repúdio ao plano do governo brasileiro, indicando que o mesmo ameaça ao meio ambiente e ao processo democrático no país. A postura do atual Governo do país nos situa no que já havia sido dito acima, que para os representantes de poder do Brasil as ONGs internacionais são vistas como as que agem fora dos interesses nacionais.

O Greenpeace na Amazônia é entendido como um sujeito político de militância, de atuação ativista e de ação direta, que tem como propósito visibilizar, denunciar, protestar, pressionar e questionar acontecimentos problemáticos relativos ao meio ambiente, que, de acordo com Gomes (2018), “busca por meio de atos performativos e de instalações artísticas, denunciar protestar, provocar uma reação enérgica por parte da plateia.”

[...] as ações do Greenpeace são cuidadosamente planejadas, conforme nos relata Paulo, um dos ativistas “só vamos pra rua quando tudo tá muito bem planejado”. A ação política conta, em geral, com um número pequeno de participantes e usa uma diversidade de elementos que a tornam um tanto quanto irreverente, tais como, fantasias, dramatizações, pinturas, grafite, escaladas, mergulho. Isso nos faz pensar acerca das possíveis formas de inovação na/da militância que, além de confundir as fronteiras do político/não, político, nos convoca a pensar o que seria a própria militância na contemporaneidade (GOMES, 2018, p.193).

A militância do Greenpeace não se realiza por meios de movimentos de massa, mas, sim, por meio do alistamento de palcos apropriados que politizam o espaço público de forma transitória, que criam uma plateia a movimentos de reflexão e questionamento, abrindo desta maneira novos sentidos na ordem atual, catalisando processos de subjetivação política, que na democracia muitas da vez é entendida como governo. Ou seja, o Greenpeace é visto como uma das “grandes organizações ambientalistas, que têm forte caráter midiático, compõem práticas comunicativas, com base em direitos fundamentais, que conquistam adesão social e as consolidam politicamente” (GREENPEACE BRASIL, 2019).

Para o Greenpeace, a conservação da Amazônia é fundamental para minimizar a crise climática e ainda mais importante para as espécies e pessoas que vivem ali (GREENPEACE, 2021). O Greenpeace reconhece a importância que tem ao “ouvir o tempo”, “vivenciar”, “conhecer com a experiência de vida, na relação intrínseca com o ambiente”, “entendimento”, “conhecimento”. Em uma palavra, esses vastos conceitos talvez poderiam ser sintetizados como “sabedoria” (BONILHADOS, GREENPEACE BRASIL, 2020) dos povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, a organização vêm produzindo uma série de 12 curtas-metragens

sobre as plurais realidades indígenas na Amazônia. Para o Greenpeace a cultura de cada povo indígena é singular e é um grave equívoco conceber ou se referir a elas como se fossem uma coisa só. A homogeneização é o oposto da pluralidade que caracteriza a própria existência dos indígenas no Brasil, em diversos aspectos. Esses curtas-metragens mostram o prisma de que a vida é intrínseca à natureza.

Em vários depoimentos nos vídeos, essa compreensão é explícita: a terra é mãe; os rios e toda a natureza são sagrados e têm seus Encantados (espíritos protetores); a preservação da floresta é essencial, porque significa a garantia da continuidade da vida neste planeta. Assim, defender o território da sua destruição e depredação é respeitar a própria identidade, além de ser uma missão de vida (BONILHAS, 2020).

A atuação do Greenpeace na Amazônia tem mostrado ser este um ator social importante, ao reconhecer e apresentar que a ciência e o conhecimento indígena estão conectados, esclarecendo que para os povos indígenas é importante ter “solo saudável e água para a produção de alimentos e, portanto, para garantir a continuidade da espécie”, indicando que para isso é necessário manter a floresta em pé, o que é fundamental para a manutenção do equilíbrio climático e do próprio planeta. Nesta perspectiva, o Greenpeace se apresenta como um ator que reconhece que as comunidades indígenas possuem saberes que os unem e lhes tornam amigos da natureza.

No que tange à postura do Greenpeace frente ao atual governo brasileiro, releva-se salientar que o Greenpeace é signatário de uma carta de repúdio ao plano do governo diante das grandes ameaças que poderá trazer ao meio ambiente. Para o Greenpeace, garantir a liberdade das ONGs é defender o interesse nacional, visto que a atuação de organizações da sociedade civil é a expressão viva do pluralismo de ideias e sua liberdade, que são garantidas pela Constituição brasileira. Deste modo, controlá-las seria silenciar liberdades constitucionais e aniquilar o pensamento crítico, indispensável ao regime democrático (GREENPEACE, 2020). Vale mencionar que tal ação conta com a participação de várias ONGs nacionais e internacionais, sendo elas: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, Engenheiros Sem Fronteiras – Brasil, Rede de Cooperação Amazônica – RCA, Rede Justiça Criminal, WWF Brasil, entre outros.

No que diz respeito aos seus recursos, o Greenpeace é uma ONG financiada por pessoas físicas, não recebendo dinheiro de governos, de empresas, nem de partidos políticos. É através das doações que a Greenpeace ocupa um papel central nas negociações para a proteção da Amazônia.

O Greenpeace, na sua atuação na Amazônia, busca fazer parcerias para formação de uma sociedade democrática, salientando a importância do debate sobre a diversidade e inclusão social na política para uma gestão melhor do meio ambiente. Segundo a organização, se não houver mudanças nos padrões de produção e de consumo, o cenário será de calamidade, um assunto que já é bastante grave e discutido em todo mundo, pois as suas consequências serão irreversíveis e catastróficas para toda a vida do planeta nos próximos anos.

As explicações postas acima nos levam a crer que o Greenpeace parece mostrar uma atuação de transparência em relação aos seus reais interesses na Amazônia, frente a sociedade brasileira. A ONG vem desenvolvendo ações que respondem a demandas ambientais, concretizadas na criação de projetos que visam melhorar a qualidade de vida de toda população, sem exclusão. Esta organização também indica buscar manter a sua independência, autonomia e isenção no desempenho de suas atividades, ao dispor apenas de recursos oriundos de pessoas físicas e da criação de projetos baseado no voluntariado, ou seja, com capacitação de pessoas para atuar como voluntárias, compartilhando os valores da organização e acompanhando a sua atuação e os seus trabalhos.

Pensar nos ativimos das ONGs, precisamente no contexto Amazônico é reconhecer a diversidade, a cosmologias culturais, para que possa incluir os saberes da floresta com saberes intelectuais, na construção de um pensamento comum de ideias voltadas para o Desenvolvimento Sustentável, segundo Guerra (2020).

O Greenpeace é uma ONG transnacional\Internacional que Dos Santos (2003) descreveria como do tipo que busca combater as desigualdades, investindo nas substâncias das áreas social e ambiental, unindo o homem com a natureza sem divisões de classes. Mesmo sendo uma ONG do Norte que atua em um país do Sul, possui características atuantes que vão de acordo com a ótica de uma organização transnacional que têm iniciativas civis com atuações de expressividades nas sociedades pluralistas e multiculturais. Reconhecem a diversidade e influenciam no seu reconhecimento, ou seja, são atores que unem e reconhecem as diversidades como gênero, etnia, meio ambiente, raça, orientação sexual, direitos humanos, etc.

Por isso, como frizou Villa (1999 *apud* SHIVA, 1991, p. 28 e 29) sobre as ONGs:

É necessário reconhecer nelas um poder de iniciativa que ultrapassa a interação com esses planos. Talvez o exemplo mais nítido dessa autonomia seja a capacidade das ONGs de coordenar e desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável em comunidades do Terceiro Mundo: parte-se do princípio de que essas comunidades podem ser educadas para proteger seu meio ambiente, apontando para efeitos sociais e locais positivos que também resultam em benefícios para o ambiente global (VILLA, 1999 *apud* SHIVA, 1991, p. 28 e 29).

O ativismo da Greenpeace na Amazônia pode ser entendido, deste modo, como:

O ativismo transnacional mobiliza solidariedades políticas que transcendem os limites territoriais, desafiam as estruturas existentes de poder nacional e internacional, e perseguem políticas de emancipação para além das fronteiras nacionais. São iniciativas que buscam tornar responsáveis os Estados, o sistema internacional de Estados e o mercado por suas ações e omissões. Apesar de serem espaços institucionais rudimentares de ação e lealdades, essas práticas civis dão início e, sobretudo, chamam a atenção à necessidade de se construir a cidadania pós-nacional, a democracia cosmopolita e a esfera pública transnacional (TREVISOL, 2003, p.23).

Neste sentido, percebemos o Greenpeace como um ator que possui o poder de pressão e influência nas iniciativas civis transnacionais dentro da Amazônia, como capacidade de construir pontes que o capacita a conquistar a opinião pública e de mobilizá-la a favor das questões ambientais. Vimos que é uma ONG que defende a democracia e os interesses nacionais, se posicionando contra a medida do Governo brasileiro em controlar as ações desses agentes das sociedades civil (ONGs) que atuam na Amazônia, posicionam-se com a “solidariedade, ação política, sustentabilidade, interculturalidade, dentre tantas outras que consideramos essenciais para pensar na Amazônia, suas riquezas e seus povos” (GUERRA, 2020, p.55). É, neste sentido, um ator que defende a participação social e que sabe da sua importância para solucionar os problemas ambientais que enfrenta a Amazônia.

Podemos dizer, portanto, que o Greenpeace se configura como uma organização não governamental do Norte que, pontualmente, age nas dimensões de uma governança global, sendo um agente transnacional que busca através de uma gestão coletiva solucionar os problemas ambientais, criando estratégias que fortaleçam a participação da sociedade civil para resolução dos problemas ambientais. Se apresenta, deste modo, como um ator importante no que tange aos debates e disputas relativos à Amazônia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho nos foi possível formar análises e reflexões que remetem à ideia de que os problemas ambientais são de caráter transnacional, ultrapassam as fronteiras nacionais, ainda mais se tratando da Amazônia, que sempre esteve sob os olhares e preocupação do mundo, gerando muitas disputas locais e internacionais.

Reconhecemos, neste sentido, que a esfera internacional expressa características peculiares que o tornam um espaço diferenciado de interação entre os diversos atores sociais e internacionais. Por outras palavras, o sistema internacional é um espaço que possui aspectos mais complexos e polêmicos à luz de uma governança global em busca de ordem internacional, na qual os atores não-governamentais têm um papel importante para discutir e buscar soluções para os problemas ambientais.

Neste sentido, compreendemos que os agentes da sociedade civil e as ONGs transnacionais são atores de grande influência pública, que constituem princípios e práticas com o valor da solidariedade coletiva, sobretudo no campo das políticas ambientais e nos debates sobre a concepção de desenvolvimento no mundo. Porém, algumas delas atuam junto aos organismos multilaterais gerenciando projetos considerados prejudiciais ao meio ambiente e às populações locais, como na forma de implementadores de projetos desses organismos.

Levando em conta todas as análises que foram feitas neste trabalho, podemos dizer no caso da Greenpeace na Amazônia, que esta ONG constitui um ativismo transnacional que intensiona criar mais espaços participativos democráticos, transbordando a importância do debate sobre a diversidade e inclusão social na política para uma melhor gestão do meio ambiente. O desenvolvimento de inúmeras ações, campanhas e projetos são modos de encontrar soluções criativas para fazer do mundo “um lugar melhor”, baseado em princípios como a preservação e a pacificação. Neste caso, é relevante reconhecermos que essas Grandes ONGs do Norte são verdadeiramente representativas das populações atingidas pelas políticas globais.

No entanto, parece-nos fundamental mantermos o olhar crítico para a atuação das ONGs do Norte que vêm operando nos cenários políticos de crescente complexidade, onde fazem-se necessários os questionamentos quanto às suas identidades que muitas vezes são fragmentadas e assim acabam por trazer novos desafios para a sustentação das ONGs do Sul e as suas comunidades. O Greenpeace, por sua vez, nas questões de gestão ambiental na Amazônia, tem se mostrado um ator importante que busca através de sua influência pública criar formas para a sua proteção.

No que diz respeito a Amazônia é necessário unificamos os estudos, compreendendo aquele espaço-território como fundamental para os debates ambientais, que abrangem vários saberes. Por isso, importar pensar a Amazônia a partir de suas comunidades tradicionais e das práticas políticas e sociais de resistência e do valor dos territórios protagonizados por elas. Ao olhar as RIs enquanto um campo interdisciplinar é essencial incluir todas essas perspectivas que desafiam as suas abordagens mais convencionais. É com esse conjunto de debates, que podemos pensar a Amazônia dentro do campo das RIs, envolvendo as populações sociais locais (indígenas, quilombas, sociedade civil), as ONGs nacionais e transnacionais que atuam naquele território, além da soberania do Estado e do desenvolvimento capitalista, ou seja, buscando pensar a Amazônia e a crise ambiental global em RI com um olhar multidisciplinar que inclui vários saberes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C, GUINDANI, J, **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I - Número I - julho de 2009, www.rbhcs.com.

AVRIZTER, Leornado. **Sociedade Civil e Participação Social no Brasil**. DCP-UFMG, 2008.

BRASIL, Greenpeace. www.greenpeace.org.br

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. **Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate**. in: Rev. Bras. Polít. Int. 47 (2): 2004, p. 100-130.

CAREGNATO, R, MUTTI, R, **Pesquisas Qualitativas: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo**, Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CASTELLA, PAULO ROBERTO. **Cronologia Histórica do Meio Ambiente**. edambiental@sema.pr.gov.br.

CASTRO, BRENDA. **A Amazônia sem futuro ou futuro sem Amazônia**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.9, n.18, jul./dez, 2020. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**, 2004.

DIEGUES, ANTONIO CARLOS. **O Papel das Grandes ONGs Transnacional e da Ciência na Conservação da Natureza**. USP, 2008.

DOS SANTOS, Soraia. **O pape das ONGs nas Relações internacionais no Brasil**. Brasília/DF, novembro de 2003.

FEIL, A; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, jul./set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>

GAMBA, Carolina. **O Brasil na Ordem Ambiental Internacional sobre o Clima**. In: VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ENANPPAS), 2012, Belém. VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012.

GERRA, LUCAS. **Os “Lugares” da Amazônia nas Relações Internacionais: (Re) Pensando as RI a Partir do Encontro Amazônia Centro no Mundo**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.9, n.18, jul./dez, 2020 .Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>

GOMES, Marcela; MAHEEIRIE, Kátia; REUDA, Lupicínio. **Corpos deslocados: Relações entre política, estética e ativismo ambiental**. Estudos de Psicologia, 23(2), abril a junho de 2018, 189-199,

GOHN, Maria. **Ações coletivas civis na atualidade:** dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais, Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 10-17, jan/abr 2010

<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garantir-a-liberdade-das-ongs-e-defender-o-interesse-nacional/>

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/ag-estado/2020/11/09/governo-bolsonaro-planeja-norma-para-controlar-acao-de-ongs-na-amazonia.htm>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/30/em-cupula-sobre-biodiversidade-da-onu-bolsonaro-diz-que-ongs-comandam-crimes-ambientais-no-brasil-e-no-exterior.ghtml>.

<https://oglobo.globo.com/sociedade/criminalizar-ong-criminalizar-cidadania-diz-greenpeace-sobre-declaracao-de-bolsonaro-23892491>

IPEA. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>, URL: <http://www.ipea.gov.br>, 2014.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços Públicos e Práticas participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 137-154, jan./dez. 2003.

LACERDA, Jan Marcel, RIBEIRO, Mikelli Marzzini, LYRA, Mariana. **POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA:** questões estruturantes e novos olhares, PALMAS – TO, 2020.

LAMAS, Isabella. **“O Brasil está matando o Brasil”: interesses corporativos por trás da destruição da Amazônia.** Terra em Transe, 16 DE setembro de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/terraemtranse/2019/09/16/o-brasil-esta-matando-o-brasil-interesses-corporativos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/> ; Data de acesso: 13, janeiro ,2021, Hora:15:53.

LOSEKAM, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. **A abertura do conceito de sociedade civil:** desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. Colombia Internacional 78, maio a agosto de 2013, 236 pp. ISSN 0121-5612, pp. 181-210.

LOSEKANNI, CRISTIANA. **Participação da Sociedade Civil na Política Ambiental do Governo Lula.** Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XV, n. 1, p. 179-200 já, n.-abr. 2012.

MENDONÇA, Patrícia Maria; TEODÓSIO, Armindo; ALVIM, Flávia; ARAÚJO, Edgilson. **Desafios e Dilemas das Ongs na Cooperação Internacional:** Uma Análise da Realidade Brasileira, Revista Gestão.Org – 7 (1):69-83 – Jan/Abr 2009.

MILANI, Carlos R. S. **Mitos Construídos acerca da “participação” no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento:** um olhar a partir da experiência brasileira recente. In: CARRIZO, Luis; GALLICCHIO, Enrique. Desarrollo local e gobernanza, enfoques transdisciplinarios. Montevideo: CLAEH/UNESCO/ Cooperación Andino de Fomento, 2006.

“**Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**”. Brasília: Thesaurus, 2016.

Ministério do Meio Ambiente. **AGENDA 21 E BIODIVERSIDADE**. - Brasília / DF ,2006.

NASCIMENTO, Harley Henriques do. **Relações internacionais e cooperação norte-sul: impacto das agências não governamentais de cooperação internacional no sistema de gestão das organizações da sociedade civil no estado da Bahia**. Salvador: UFBA, 2007. Mimeo

OLIVEIRA, Gustavo. Felipe Milanez: violações e conflitos ecológicos no Brasil. Terra em Transe, 26 de junho 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/terraemtranse/2020/06/26/terra-em-transe-5-felipe-milanez-violacoes-e-conflitos-ecologicos-no-brasil/>. Data e Hora de acesso: 13 de janeiro 2021, 16:00

OTTAWAY, Marina. **Corporatism Goes Global: International Organizations, Nongovernmental Organization Networks, and Transnational Business**. Lynne Rienner Publishers. Vol. 7, No. 3 (July–Sept. 2001), pp. 265-292. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27800304>

PLATIAU, Ana Flávia. **O BRASIL NA GOVERNANÇADAS GRANDES QUESTÕES AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS**. Brasília, maio de 2011.

PIERANT, O; SILVA, L. **A Questão Amazônica e a política de defesa Nacional**. Cardenos EBAPE, março 2007.

RABINOVICI, Andréa. **ONGs Transnacionais na Amazônia Brasileira, Divergências entre Militantes e Militares**. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

RAMIN, Mário Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 107 | 2015, 17-38.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ORDEM AMBIENTAL INTERNACIONAL**. São Paulo, Ed. Contexto, 2001, 176p.

SANTOS, Boaventura; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. **As espistemologias do Sul num mundo fora do mapa**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 14-23

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. **ENTRE O NORTE E O SUL: Um Estudo Sobre a Papel das Organizações da Sociedade Civil Brasileira na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Universidade Federal da Bahia Escola de Administração Núcleo de Pós-Graduação em Administração, 2013.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. **As Diferentes Dimensões da Sustentabilidade em uma Organização da sociedade Civil Brasileira: O caso do Gapa-Bahia**. UFBA, Salvador, 2005.

SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SEMEDO, Emanuel. **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO: O caso de Cabo Verde.** São Francisco do Conde, 2020.

SILVA, Mateus. **COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE: O lugar do global environment facility na política externa ambiental.** Salvador, 2012.

TREVISOL, Joviles. **AS ONGs E A EMERGENTE SOCIEDADE CIVIL GLOBAL: relato de uma experiência de rede transnacional.** – UNICAMP – Campinas – SP, 2003.

TOSTE, Ana Paula. **Um Casamento Feliz: Direito Internacional e Sociedade Civil Global na Formação dos Regimes Internacionais.** Revista de Sociologia e Política, Nº 27: 65-76 nov. 2006.

VARELLA, Marcelo. **Proteção Internacional do MEIO AMBIENTE,** Universidade de Brasília, 2005-2006.

VILLA, Rafael. **Formas das Influências das ONGs na Política Internacional Contemporânea.** REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 12: 21-33 jun. 1999.

ZHOURI, Andréa. **O ATIVISMO TRANSNACIONAL PELA AMAZÔNIA: ENTRE A ECOLOGIA POLÍTICA E O AMBIENTALISMO DE RESULTADOS.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169, jan./jun. 2006.

ZHOURI, Andréa. **Árvores e gente no ativismo transnacional.** As dimensões social e ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela Floresta Amazônica. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2001, V. 44 nº 1.